DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Brasília, segunda-feira 19 de abril de 1993 — ANO XVII Nº 077

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNADOR.....1
SECRETARIA DE GOVERNO.....6
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....6
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....7
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....9
SECRETARIA DE SAÚDE.....11
SECRETARIA DE TRANSPORTES.....13
SECRETARIA DE AGRICULTURA.....13
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA...13
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....16
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 16
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....16
PROCURADORIA GERAL.....16
TRIBUNAL DE CONTAS 17

AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS.....17
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.....21

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 14.670 DE 16 DE ABRIL DE 1993

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 7.995.560.000,00 (sete bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões e quinhentos e sessenta mil cruzeiros), para reforço da dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso III, da Lei nº 404, de 30 de dezembro de 1992, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o que consta do Processo nº 030.004162/93,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 7.995.560.000,00 (sete bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões e quinhentos e sessenta mil cruzeiros), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente do Convênio, conforme Portaria nº 269, de 29 de março de 1993, do Ministro de Estado do Bem-Estar Social.

Art. 3º — A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de abril de 1992
104º da República e 32º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — F I S C A L

S U P L E M E N T A C A O

ANEXO AO DECRETO No. 14.678, de 16 de abril de 1993 — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O		NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	V A L O R DETALHADO	V A L O R T O T A L
29.000	SECRETARIA DE OBRAS					7.995.560
29.101	SECRETARIA DE OBRAS					7.995.560
130760448.1001	AMPLIACAO, MELHORAMENTO DOS SISTEMAS DE AGUA POTAVEL E ESGOTOS DO DISTRITO FEDERAL					7.995.560
130760448.1001.0001	AMPLIACAO E MELHORAMENTO DOS SISTEMAS DE AGUA POTAVEL E ESGOSTOS DO DISTRITO FEDERAL	46.90.65	032	009	7.995.560	7.995.560
00068/ 1					T O T A L	7.995.560

DECRETO Nº 14.671 DE 16 DE ABRIL DE 1993

Revoga o dispositivo legal que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica revogado o Decreto nº 14.662, de 02 de outubro de 1993, que deu nova redação ao artigo 3º do Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1988.

Art. 2º — Fica repristinado o artigo 3º, do Decreto nº 771, de 12 de agosto de 1988.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de abril de 1993.
104º da República e 33º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, CLÓVIS EMÍLIO COSTA NOGUEIRA, do Cargo em Comissão de Supervisor, Símbolo DFG-10, da Gerência de Planejamento e Estudos Especiais, da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar MARIA DE SOUSA MELO do Cargo em Comissão de Gerente, Símbolo DFG-12, da Gerência de Acervo Técnico da Coordenação de Informações Técnicas do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo GERALDO MAJELLA GAZETA, do exercício da Função de Assessoramento Superior da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, a contar de 01 de abril de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, WALDELICE DIAS DA COSTA, do Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, a contar de 01 de abril de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar MARIA TEREZA DE ABREU E SOUTO, do Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a contar de 01.04.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outra função, CELSO CARLOS BATISTA GOMES, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo DFG-14, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, FLÁVIO AUGUSTO GOMES, do Cargo em Comissão de Diretor, Símbolo DFG-13, do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, LUIZ CARLOS RAMOS PAIM, do Cargo em Comissão de Gerente, Símbolo DFG-12, da Gerência de Planejamento e Estudos Especiais da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outra função, ADONIS RIBEIRO GONÇALVES, do Cargo em Comissão de Coordenador, Símbolo DFG-13, da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, TÂNIA CRISTINA RODRIGUES MOREIRA, matrícula nº 30.678-9, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo DFG-05, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a partir de 05.04.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar ANA CRISTINA DA MOTA DE SOUZA, matrícula nº 131.551-0, do Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Recursos Audiovisuais e Documentação Científica do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar por ter sido nomeado para outro Cargo ACILINO HOMERO PRAÇA FILHO, Assistente Básico de Saúde, Classe Única, Padrão V (Agente de Portaria), matrícula nº 131.766-1, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Contabilidade de Custos do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros da Administração Central, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar por ter sido nomeada para outro Cargo SILVIA TAVORA KACOWICZ, matrícula nº 132.911-1, do Cargo em Comissão de Chefe do Núcleo de Imprensa da Administração Central, Símbolo DFG-09, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, MANOEL MOACIR COSTA MACÊDO da função de Membro Suplente do Conselho de Adminstração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal — Emater/DF.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, IVONE GONÇALVES DE ANDRADE, matrícula nº 484-7, do Cargo em Comissão de Gerente de Recrutamento e Seleção, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeada para outro cargo, ANA KAREN MASCARENHAS DOS SANTOS, matrícula nº 33.371-9, do Cargo em Comissão de Assessor, Código DFA-11, da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a partir de 1º de março de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
Diretor Responsável
CLEMENTE LUZ
Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação diretor 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312 e 225-7055 Ramal 137

EXEMPLAR AVULSO:	Cr$ 15.000,00
ASSINATURAS:	Cr$ 600.000,00
PORTE ECT:	Cr$ 550.000,00

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, JOSÉ BRAGA DE SANT'ANA, matrícula nº 34.688-8, do Cargo em Comissão de Assistente, Código DFA-05, da Gerência de Informação e Planejamento — GIP/CNSRH, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, JORGE DA SILVA NETTO, do Cargo em Comissão de Coordenador, Símbolo DFG-13, da Coordenação Administrativo-Financeira do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, DORALICE MATOS DOMINGUES, do Cargo em Comissão de Assessor, DFA-11, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, a contar de 01.04.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar PEDRO DE SOUZA MILHOMEM, por motivo de aposentadoria, do Cargo em Comissão de Gerente de Estudos de Topografia, Símbolo DF-12, da Diretoria Técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a contar de 31 de março de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear ADELCE PINTO DE QUEIROZ, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-12, do Secretário de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear MARILEIDE ALVES DA SILVA ROMÃO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária Administrativa, Código DFA-02 do Gabinete do Administrador da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear AGNALDO COSTA DA CONCEIÇÃO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Código DFA-02, da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA FRANCISCA DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Turma, Código DFG-01, da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear ADAILTON SEBASTIÃO DOS REIS, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Recrutamento e Seleção, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear PEDRO DE SOUZA MILHOMEM, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Estudos e Topografia, Símbolo DFG-12, da Diretoria Técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a contar de 31 de março de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear SILVIA TAVORA KACOWICZ, matrícula nº 132.911-1, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Recursos Audiovisuais e Documentação Científica do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear ACILINO HOMERO PRAÇA FILHO, Assistente Básico de Saúde, Classe Única, Padrão V (Agente de Portaria), matrícula nº 131.766-1, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Patrimônio do Departamento de Recursos Materiais da Administração Central, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear JORGE ROBERTO FERREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor, Símbolo DFG-13, do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear FRANCISCO NONATO CAVALCANTE LIMA, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador, Símbolo DFG-13, da Coordenação Administrativo-Financeira do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear MARIA IZABEL BORGES GONÇALVES DIDEROT para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Reconduzir HENRIQUE JOSÉ CRUZ LAENDER, na função de Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal-FZDF.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Reconduzir OSWALDO RODRIGUES DA CUNHA, na função de Membro Efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal-FZDF.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear GLACE KELLE RORIZ LEITE para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear, LINDALVA NETA RIBEIRO DE AMORIM, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo DFG-05, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a partir de 05.04.93.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear,ANA MARIA DE OLIVEIRA MAIA, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Cadastro, Código DFG-05, da Divisão de Licenciamento de Obras da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear EURIDES JOSÉ DE JESUS, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado, Código DFG-2, da Divisão Regional de Agricultura da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Reconduzir RILDETE RODRIGUES ALVES, para exercer a função de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear LUIZ CARLOS RAMOS PAIM, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador, Símbolo DFG-13, da Coordenação de Informações Técnicas do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear LUIZ CARLOS DE SOUZA NEVES PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Acervo Técnico, Símbolo DFG -12, da Coordenação de Informações Técnicas do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear PEDRO MAURÍCIO CABRAL TEIXEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo DFG-14, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear FÁBIO ERNESTO MINISTÉRIO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear ADONIS RIBEIRO GONÇALVES, para exercer o Cargo em Comissão, Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear CELSO CARLOS BATISTA GOMES, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador, Símbolo DFG-13, da Coordenação Operacional do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear FLÁVIO AUGUSTO GOMES, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear CLÓVIS EMÍLIO COSTA NOGUEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente, Símbolo DFG-12, da Gerência de Planejamento e Estudos Especiais da Coordenação Técnica do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, por ter sido nomeada para outro cargo, MARIA IZABEL BORGES GONÇALVES DIDEROT, do Cargo em Comissão de Coordenador de Informações Técnicas, Símbolo DFG-13, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Decreto de 01 de abril de 1993, publicado no DODF nº 068 de 02 de abril de 1993, que exonerou CECÍLIA JUNO MALAGUTTI, do Cargo de Chefe de Gabinete, DF-14, do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Decreto de 06 de abril de 1993, publicado no DODF nº 071 de 07 de abril de 1993, que tornou sem efeito o Decreto de 25 de março de 1993, publicado no DODF nº 062 de 26 de março de 1993, que nomeou LÚCIA MARIA PRACIANO MINERVINO, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, DF-09, do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 030.004.315/93
INTERESSADO: DILSON DE ALMEIDA SOUZA e OUTROS
ASSUNTO: AFASTAMENTO DO PAÍS

Autorizo o afastamento do País dos servidores Dilson de Almeida Souza, Joel Jorge Filho, José Simões, Leda Raeter Montandon Borges e o Tenente Coronel Cesar Odísio, no período de 17 de abril a 02 de maio do corrente ano para participarem de congressos na Alemanha e Inglaterra.

Brasília, 13 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 092.001.435/88
INTERESSADO: JOÃO AUGUSTO BERNAUD BURNETT
ASSUNTO: Prorrogação de Afastamento

De acordo com os elementos constantes do processo em referência autorizo, nos termos do Decreto "N" nº 542 de 17 de novembro de 1979, o afastamento do servidor JOÃO AUGUSTO BERNAUD BURNETT, Engenheiro, matrícula nº 45.960-2, pertencente à Tabela de Empregos Permanentes da CAESB para conclusão do Curso de Doutorado em Engenharia Sanitária Ambiental, na Universidade The Johns Hopkins, Baltimore — EUA, no período de 09 de fevereiro a 30 de abril de 1993, sem prejuízo da correspondente remuneração.

Brasília, 16 de abril de 1993.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.002.246/93
INTERESSADO: KARINA NASCIMENTO COSTA
ASSUNTO: Afastamento do País

De acordo com os elementos constantes do processo em referência autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento da servidora KARINA NASCIMENTO COSTA, Assistente Superior de Saúde, matrícula nº 128.433-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para participar do 6º Congresso Mundial de Terapia Intensiva, a ser realizado em Madrid — Espanha, no período de 14 a 18 de junho de 1993, sem prejuízo da correspondente remuneração.

Brasília, 16 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.015.526/92
INTERESSADO: INSTITUTO SANTA MARCELINA
ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DESPACHO:

Nos termos do que preceitua o Parágrafo Único, do artigo 1º, do Decreto nº 13.877, de 02 de abril de 1992, concedo ao Instituto Santa Marcelina, a declaração de utilidade pública provisória.

Brasília, 16 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.002.943/93
INTERESSADO: MARIA HENRIQUETA CAMAROTTI COSTA
ASSUNTO: Dispensa de Ponto

Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento da servidora MARIA HENRIQUETA CAMAROTTI COSTA, Assistente Superior de Saúde (Médica Psiquiatra), matrícula nº 120.131-0, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a fim de participar de Estágio no Dipartamento di Salute Mentale, a realizar-se em Trieste — Itália, no período de 14 de abril a 28 de maio de 1993, sem ônus para a Instituição, à exceção do pagamento do vencimento e demais vantagens fixas.

Brasília, 16 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.030.210/93
INTERESSADO: NIOMAR CORREA PACHECO
ASSUNTO: Dispensa de Ponto

Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento da servidora NIOMAR CORREA PACHECO, Assistente Superior de Saúde (Médica Pediatra), matrícula nº 111.334-8, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para participar, no período de 14 a 18 de abril de 1993, da Thirteenth Annual National Pediatric Infectious Disease Seminar, a ser realizado em Southwestern Medical Center Dallas-Texas, sem ônus para a Instituição, à exceção do pagamento do vencimento e demais vantagens fixas.

Brasília, 16 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.002.125/93
INTERESSADO: CARLOS FRATTINI GONÇALVES RAMOS
ASSUNTO: Dispensa de Ponto

Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do servidor CARLOS FRATTINI GONÇALVES RAMOS, Assistente Superior de Saúde (Médico), matrícula nº 127.927-1, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para participar do Programa de Treinamento em Geriatria, a ser realizado em Valletta, MALTA, no período de 24 de maio a 05 de junho de 1993, sem ônus para a Instituição, à exceção do pagamento do vencimento e demais vantagens fixas.

Brasília, 16 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.004.314/93
INTERESSADO: RONALDO CARRIÇO DOS SANTOS
ASSUNTO: AFASTAMENTO DO PAÍS

DESPACHO:

Autorizo o afastamento do País do servidor Ronaldo Carriço dos Santos, no período de 01 a 24 de maio do corrente ano, para participar de curso a ser ministrado na Universidade George Washington na Capital do mencionado País.

Brasília, 13 de abril de 1993

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

GAMA

Processo nº: 131.000327/93
Interessado: Benedito Araújo Pereira e Outros
Assunto: Reconhecimento de Dívida

À vista das instruções contidas nos autos e com fulcro nos artigos 80 e 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 14.554, de 30 de dezembro de 1992, reconheço a dívida no valor de Cr$ 10.197.230,41 (dez milhões, cento e noventa e sete mil, duzentos e trinta cruzeiros, quarenta e um centavos) correndo a despesa à conta do elemento 31.90.92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, em favor de BENEDITO ARAÚJO PEREIRA E OUTROS.
Publique-se e encaminhe-se o processo a Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho.

CÉSAR TRAJANO DE LACERDA
Administrador Regional do Gama

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 7.682, de 15 de setembro de 1983, e o que consta do Processo nº 030.001.780/93,

RESOLVE:

Rever os proventos da aposentadoria de ANÁLIA ARARUNA AUGUSTO DE LIMA, matrícula nº 06.105-0, no Cargo de Auxiliar de Adminstração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Decreto de 28 de novembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 230, de 05 de dezembro do mesmo ano, para considerá-los com base no artigo 190, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 24 de março de 1993.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.001.140/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a LEONARDO LEITE PRAÇA, matrícula nº 11.724-2, no Cargo de Inspetor de Obras, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c", e 189, Parágrafo Unico, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos–leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 7.682, de 15 de setembro de 1983, e o que cosnta do Processo nº 030.001.427/93.

RESOLVE:

Rever os proventos da aposentadoria de HEMICÊNIA MARIA DE BARROS, matrícula nº 05.007-5, no Cargo de Professor Nível 03, Classe Única, Padrão XII, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Decreto de 07 de novembro de 1977, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 214, de 10 do mesmo mês e ano, alterados pela Portaria de 30 de março de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 62, de 31 do mesmo mês e ano, para considerá-los de acordo com o previsto no artigo 2º, item II, e Parágrafo Único, da Lei nº 92, de 02 de abril de 1990, no Padrão XXV, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, a contar de 02 de fevereiro de 1993.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.003.695/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a JOÃO BATISTA VIDAL, matrícula nº 15.274-9, no Cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a", e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens da Gratificação por Encargo em Gabinete, Categoria Assistente, do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, de acordo com o previsto no artigo 193, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 020.001.761/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a EURÍPEDES FLÁVIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 09.257-6, no Cargo de Técnico de Adminstração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIV DO BRASIL, com as vantagens da Classe Especial, Padrão II, de acordo com o previsto no artigo 192, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 094.000.229/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a MAXIMIANO DE SOUZA LIMA, matrícula nº 60.151-9, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III,alínea "d" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "d" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 113.000.362/93,

RESOLVE:

Conceder Aposentadoria a JOSÉ PEREIRA DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 64.125-1, no Cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, Parágrafo Único, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alína "c", e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 040.002.277/93,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a MARIA DO CARMO SILVA, matrícula nº 04.187-4, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "c", e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.001.761/93,

RESOLVE:

Conceder, nos termos dos artigo 215, 217, item I, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a FRANCISCA MONTEIRO DA SILVA, viúva do ex-servidor JOÃO ALVES DA SILVA, matrícula nº 14.933-0, no Cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 01 de janeiro de 1992.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.004.158/93,

RESOLVE:

Conceder, nos termos dos artigo 215, 217, item I, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA APARECIDA GONÇALVES LYRIO, viúva do ex-funcionário EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, matrícula nº 11.628-9, no Cargo de Subprocurador-Geral do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1ºe 3º,da Lei nº6.732,de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 24 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989, a contar de 03 de abril de 1993.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.002.660/93,

RESOLVE:

Conceder, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, Alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a RITA SALVIANO DA SILVA, viúva,e temporária a SILVIO SALVIANO da Silva-VILMA SALVIANO DA SILVA e ZILDA SALVIANO DA SILVA, filhos do ex-servidor SEVERINO SALVIANO DA SILVA, matrícula nº 11.793-5, no Cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 01 de janeiro de 1992.

STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL
901ª REUNIÃO ORDINÁRIA

PROCESSO Nº: 030.007.293/92 e 111.010.211/92
INTERESSADO: TERRACAP
ASSUNTO: Reformulação da Coordenação de Informações Gerenciais
RELATOR: BRUNO ALBANO VIZZOTTO

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal — CPP, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator

RESOLVE:

1 — Retificar a Resolução que aprovou a proposta de reformulação do Centro de Processamento de Dados da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, exarada pelo Conselho de Política de Pessoal — CPP, em sua 607ª Reunão, com a alteração proposta pelo Relator às fls. 39 dos autos;

2 — Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Presidente: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS. Conselheiros: TERESA AMARO CAMPELO BESERRA, RENATO RIELLA,BRUNO ALBANO VIZZOTTO, MARIA DE LOURDES OLIVEIRA. Conselheiros Suplentes: PAULO CÉSAR DE CARVALHO ALVIM, ILAIR ANTÔNIO TUMELERO, MARIA LOPES DE MORAIS.

Brasília, 18 de março de 1993
Homologo em 13.04.93
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 049/93-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 7.824, de 22.12.83,

RESOLVE:

Designar MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA, matrícula nº 439-1, Auxiliar de Administração Pública, Classe Unica, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, para substituir VENCESLAU MOURA LOPES, Encarregado de Almoxarifado, Código DF-01, da Seção de Material e Patrimônio, da Gerência de Administração Geral, por motivo de férias do titular do período de 12.04 a 01.05.93.

Brasília-DF, 13 de abril de 1993.

BRUNO ALBANO VIZZOTTO

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE ABRIL DE 1993

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegaçõ de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo Único, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, CLÁUDIO ROBERTO JESUS DE OLIVEIRA, matrícula nº 31.324-6, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARIA IZABEL ARAÚJO DA CRUZ, matrícula nº 23.883-X, Chefe da Seção de Registro de Veículos, Símbolo DFG-02, da Divisão de Registro e Controle de Veículos desta Coordenação, no período de 12.04 a 01.05.93, por motivo de férias da titular.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFP Nº 082 DE 16 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 073.001159/93,

RESOLVE:

I — Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEPLAN/SEF nº 683, de 30 de dezembro de 1992.

II — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III — Ficam revogadas as disposições em contrário.

EVERARDO MACIEL

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

F I S C A L

A C R E S C I M O

ANEXO A PORTARIA No. 082/93 de 16 de abril de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA					1.703.070
21.201 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL					1.703.070
040070021.2056 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL					1.703.070
040070021.2056.0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA	34.90.39	000		1.603.070	
	34.90.92	000		100.000	1.703.070
00067/ 1			TOTAL		1.703.070

ANEXO II — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

F I S C A L

R E D U C A O

ANEXO A PORTARIA No. 082/93 de 16 de abril de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
21.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA					1.703.070
21.201 FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL					1.703.070
040070021.2056 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL					1.703.070
040070021.2056.0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO ZOOBOTANICA	34.90.10	000		1.703.070	1.703.070
00067/ 2			TOTAL		1.703.070

PORTARIA SEFP Nº 083 DE 16 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 190.000112/93,

RESOLVE:

I — Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, aprovada pela Portaria SEPLAN/SEF nº 683, de 30 de dezembro de 1992.

II — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III — Ficam revogadas as disposições em contrário.

EVERARDO MACIEL

ANEXO I — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

F I S C A L

A C R E S C I M O

ANEXO A PORTARIA No. 083/93 de 16 de abril de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
15.000 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA					350.000
15.101 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA					350.000
030070021.2178 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					350.000
030070021.2178.0001 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE CIENCIA E TECNOLOGIA	31.90.13	000		350.000	350.000
00070/ 1			TOTAL		350.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1993 — Cr$ 1.000,00

F I S C A L

R E D U C A O

ANEXO A PORTARIA No. 083/93 de 16 de abril de 1993. — RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DET	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
15.000 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA					350.000
15.101 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA					350.000
030070021.2178 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS					350.000
030070021.2178.0001 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE CIENCIA E TECNOLOGIA	31.90.11	000		350.000	350.000
00070/ 2			TOTAL		350.000

PORTARIA DE 16 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do art. 7º da Lei nº 35, de 13 de julho de 1989,

RESOLVE:

Exonerar JOSÉ LUIZ MARQUES BARRETO, matrícula nº 26.019-3, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-02, da Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, por ter sido nomeado para outro cargo.

Exonerar NILTON RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 31.105-7, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, por ter sido nomeado para outro cargo.

Nomear JOSÉ LUIZ MARQUES BARRETO, matrícula nº 26.019-3, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

Nomear LUCIANO MARTINS PEREIRA, matrícula nº 31.094-8, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-02, da Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

EVERARDO MACIEL

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 054/93
Recorrente: ULTIMATUM CONFECÇÕES LTDA
Recorrido: Departamento da Receita

Ultimatum Confecções Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.004093/91, pertinente ao auto de infração nº 16572, de 1991, interpôs recurso a esta egrégia Junta em 23 de dezembro de 1992, (documento de fls, 31). O recurso é tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 07 de dezembro de 1992, (recibo de fls, 26), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com os artigos 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo. 1. Recebo, pois, o recurso. 2. Audiência prévia da douta representação da Fazenda. 3. Distribua-se e publique-se.

Brasília-DF, 30 de março de 1993
ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO
Presidente

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO D.F.

Às quinze horas do dia 18 de março de 1993, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Onésimo Nogueira Filho e presentes os Srs. Conselheiros Airton Nazário de Oliveira, Júlio Cézar Alves Ribeiro, João Flávio Iemini de Rezende, José dos Santos Moura, Divino Pedro da Silva e Jaciara Valadares Gertrudes (suplente), bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. **Da pauta de julgamento do dia constaram os recursos:** RV 205/92, Recorrente CAENGE — CONSTRU-

ÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., Advogado Gilberto Alves Nery, Recorrido Departamento da receita, Representante da Fazenda Procurador João Resende Filho, Relatora a Conselheira Jaciara Valadares Gertrudes, presente o Sr. Patrono da Recorrente. Após o voto da Conselheira Relatora, solicitou vista dos autos o Conselheiro Divino Pedro da Silva; RV 250/92, Recorrente MARIA TEREZA TROVÃO MURAD, Recorrido Departamento da Receita, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relatora Conselheira Jaciara Valadares Gertrudes. Rejeitadas as preliminares argüídas e proferido voto de mérito pela Conselheira Relatora, solicitou vista dos autos o Conselheiro João Flávio Iemini de Rezende; e RV 266/92, Recorrente IARA MARIA SAFE DE MATOS, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas — RA/I, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relator Conselheiro João Flávio Iemini de Rezende. Encerrada a votação, decide a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, converter o julgamento do feito em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Júlio Cézar Alves Ribeiro. Esgotada a pauta, foi distribuído o Recurso Voluntário nº 29/93 ao Conselheiro Divino Pedro da Silva. Foram também conferidos os acórdãos 011/93, 012/93 e 013/93, referentes aos Recursos Voluntários 221/92, 216/92 e 256/92, respectivamente. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 23 de março de 1.993, terça-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e Srs. Conselheiros presentes à sessão de 23 de março, data em que foi aprovada.

Conselheiros presentes: ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO (Presidente), AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Vice-Presidente), JÚLIO CÉZAR ALVES RIBEIRO, JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE, JOSÉ DOS SANTOS MOURA, DIVINO PEDRO DA SILVA E JACIARA VALADARES GERTRUDES (Suplente). Representante da Fazenda Procurador: JOSÉ DIÓGENES TEIXEIRA.

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO D.F.

Às quinze horas do dia 30 de março de 1993, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Onésimo Nogueira Filho e presentes os Srs. Conselheiros Airton Nazário de Oliveira, Júlio Cézar Alves Ribeiro, João Flávio Iemini de Rezende, José dos Santos Moura, Divino Pedro da Silva e Jaciara Valadares Gertrudes (Suplente), bem como o Sr. Representante da fazenda Procurador José Diógenes Teixeira. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. **Da pauta de julgamento do dia constaram os recursos:** RV 272/92, Recorrente LUBRIFICANTES CASCÃO — INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas — RA/I, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relator Conselheiro Divino Pedro da Silva. (OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO PRESIDENTE). Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: Acorda a Junta de Recursos fiscais, à Unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, pelo voto de desempate do Presidente, declarar a nulidade de todo o processado, nos termos do voto da Conselheira Jaciara e Declaração de voto dos Conselheiros Divino Pedro da Silva, Júlio Cézar Alves Ribeiro e Airton Nazário de Oliveira. Foram votos vencidos os dos conselheiros Divino Pedro da Silva, João Flávio Iemini de Rezende e José dos Santos Moura, que rejeitaram a preliminar suscitada. Sob licença o Conselheiro Wellington Carlos Batista, substituído pela Conselheira Suplente Jaciara Valadares Gertrudes. Redatora para o acórdão a Conselheira Jaciara Valadares Gertrudes; REO 189/92, Recorrente Departamento da Receita, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Recorrido COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (SUPERBOX), Relator Conselheiro José dos Santos Moura. (OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE). Após o voto do Conselheiro João Flávio e da Conselheira Jaciara, solicitou vista dos autos o Conselheio Júlio Cézar Alves Ribeiro; RV 267/92, Recorrente INSTITUTO GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA, Advogado Fernando Neves Silva, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas — RA/I, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relator Conselheiro Divino Pedro da Silva. Concluído o julgamento, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, pelo voto de desempate do Presidente, declarar a nulidade da decisão de primeira instância, nos termos do voto do Conselheiro João Flávio Iemini de Rezende. Foram votos vencidos os dos Conselheiros Divino Pedro da Silva, José dos Santos Moura e Júlio Cézar Alves Ribeiro, que rejeitaram a preliminar argüída. Sob licença o Conselheiro Wellington Carlos Batista, substituído pela Conselheira Suplente Jaciara Valadares Gertrudes. Redator para o acórdão o Conselheiro João Flávio Iemini de Rezende; RV 268/92, Recorrente JOSÉ ARI SAVIOTI, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas — RA/I, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relator Conselheiro Airton Nazário de Oliveira. Proferindo decisão, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto dos Conselheiros Júlio Cézar Alves Ribeiro e Divino Pedro da Silva. Sob licença o Conselheiro Wellington Carlos Batista, substituído pela Conselheira Suplente Jaciara Valadares Gertrudes. Redator para o acórdão o conselheiro Relator; e RV 271/92, Recorrente CREUZA DE CASTRO CAMELIER, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas — RA/I, Representante da Fazenda Procurador José Diógenes Teixeira, Relator Conselheiro José dos Santos Moura. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: Acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, pelo voto de desempate do Presidente, rejeitar a preliminar argüída e, no mérito, à unanimidade, dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto dos Conselheiros João Flávio Iemini de Rezende e Júlio Cézar Alves Ribeiro. Foram votos vencidos quanto à preliminar o dos Conselheiros João Flávio Iemini de Rezende, Jaciara Valadares Gertrudes e Airton Nazário de Oliveira. Sob licença o Conselheiro Wellington Carlos Batista, substituído pela Conselheira Suplente Jaciara Valadares Gertrudes. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 1º de abril de 1993, quinta-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, Assistente da junta, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão de 1º de abril, data em que foi aprovada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Aos 29 dias do mês de março do ano 1993, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, representada, neste ato, por sua Secretária Eurides Brito da Silva, e a FEDERAÇÃO DE MULHERES DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FEDERAÇÃO, representada, neste ato, por sua Presidente Marisa Ramalho, firmam o presente Termo de Compromisso, mediante a seguinte cláusula.

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO

O objetivo deste Termo é estabelecer a implantação de Turmas de Alfabetização de Mulheres Adultas nos CAICs.

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretário de Educação
do Distrito Federal

MARISA RAMALHO
Presidente da Federação de Mulheres
do Distrito Federal

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.001031/93-FEDF,

RESOLVE:

Conceder aposentaoria a AÍDA TEREZA BATISTA MONTEIRO VITÓRIA, matrícula nº 86.026-3, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 24 F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Fedral, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.002026/93-FEDF,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria a ORMEZINDA GOMES DE OLIVEIRA, matrícula nº 82.833-5, no cargo de Agente de Educação, Portaria, Classe Única, Padrão 10, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "a"

e 189, Parágrafo Unico da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.002355/93-FEDF,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria aVILMA SALOMÃO TOURINHO MAIA, matrícula nº 86.099-9, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 24 F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Fedral, nos termos dos artigos 186, inciso III,alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.013531/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a ARTUR PINHEIRO SARAIVA, matrícula nº 85.022-5, no cargo de Assistente de Educação/Artífice Especializado Carpintaria Marcenaria, Classe Especial, Padrão 6, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.015539/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a DORALICE ANGÉLICA DA MATA SANTANA, matrícula nº 56.089-8, no cargo de Professor, Nível 1, Classe Única, Padrão 23D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.016083/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA DE LOURDES MACÊDO PINHEIRO, matrícula nº 82.773-8, no Cargo de Agente de Educação/Serviços de Cozinha, Classe Única, Padrão 10, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.015542/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a FLORIPES DA CUNHA PEREIRA, matrícula nº 83.333-9, no cargo de Professor, Nível 3, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.010070/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a ZENILDE MARIA DE ALMEIDA MORELE, matrícula nº 80.872-5, no cargo de Professor, Nível 1-GT3, conforme artigos 14 e 15 da Lei 66 de 18 de dezembro de 1989, Padrão 25C, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.011959/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA JOSÉ DE ALMEIDA NOLASCO, matrícula nº 85.971-0, no cargo de Professor, Nível 3, Classe Única, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.011958/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a HELENA CRUZ LABOISSIÉRE MOTTA, matrícula nº 85.934-6, no cargo de Professor, Nível 3, Classe Única, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.012910/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a JURANDY PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 98.833-2, no cargo de Agente de Educação/Vigilância, Classe Única, Padrão 10, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "c" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "C" e § 4º, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em

vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.007986/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a RENY DAS NEVES KILL, matrícula n° 97.926-0, no cargo de Professor, Nível 1-GT3, conforme artigos 14 e 15 da Lei 66 de 18 de dezembro de 1989, Classe Única, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.015108/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a EVA MATOS SEIDEL, matrícula n° 92.218-8, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 23F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.007691/92-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA EUSTÁQUIA LEMOS DO PRADO, matrícula n° 92.881-X, no cargo de Professor, Nível 3, Classe Única, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 13 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2° Inciso IV do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.016274/92-FEDF,

RESOLVE:

Retificar a Instrução de 22 de março de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 60, do dia 24 de março de 1993, que concedeu aposentadoria a MARIA DE LOURDES ORANY CAMARGO, matrícula n° 82.637-5, no cargo de Auxiliar de Educação/Agente de Conservação e Limpeza, Classe Única, Padrão 11, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para incluir na fundamentação: "com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n° 6.701, de 24 de outubro de 1979, de acordo com a Lei n° 197, de 04 de dezembro de 1991", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.002700/93-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a IRALNIZA CRISTINO ALBUQUERQUE, matrícula n° 76.390-X, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 23F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

INSTRUÇÃO DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2°, inciso IV, do Decreto n° 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo n° 082.000681/93-FEDF,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA GOMES DA SILVA, matrícula n° 77.842-7, no cargo de Professor, Nível 1, Classe Única, Padrão 25D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "b" e § 4°, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

MARCO ANTONIO DE MORAES

Processo n°: 00082.004313/92; Interessado: Regina Lúcia Bezerra; Assunto: Abandono de Cargo.

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar n° 0082.004313/92, instaurado em nome de Regina Lúcia Bezerra, matrícula n° 68.446-5, aplico a pena disciplinar de DEMISSÃO à supracitada servidora, nos termos do artigo 132, inciso II da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista a inobservância de normas legais e regulamentares, previstas no artigo 138 da supracitada Lei, vindo, portanto, a configurar abandono de cargo.

MARCO ANTONIO DE MORAES

Processo n°: 0082.001154/93, Interessado: Secretaria de Comunicação Social; Assunto: Faturas.
De acordo.
Com base na Lei n° 4.320/64, art. 37, RECONHEÇO a dívida de que trata o presente processo e AUTORIZO a emissão e liquidação de Nota de Empenho no valor de Cr$ 61.360.400,00 (sessenta e um milhões, trezentos e sessenta mil e quatrocentos cruzeiros) em favor da Secretaria de Comunicação Social. Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Orçamento e Contabilidade para os fins.

MARCO ANTONIO DE MORAES
Diretor Executivo

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO Nº 004/93-FHDF, de 12 de abril de 1993

Dispõe sobre lotação e movimentação de servidores e desbloqueio de vagas no Quadro de Pessoal da FHDF.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 23, alínea "D", do estatuto homologado pelo Decreto n° 4.643, de 02 de maio de 1979,

RESOLVE:

1 — Disciplinar os atos de lotação e movimentação de servidores ocupantes de Cargos Efetivos das categorias funcionais previstas no Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
2 — Para os objetivos previstos neste documento normativo serão adotadas as seguintes definições:
Lotação — é o ato administrativo mediante o qual o servidor empossado ou colocado à disposição da FHDF é designado para um estabelecimento de saúde, onde exercerá as tarefas típicas de sua categoria funcional.
Remoção — é o ato administrativo mediante o qual o servidor lotado em um estabelecimento de saúde passa a ser lotado em outro;
Desbloqueio de vagas — é o ato administrativo mediante o qual fica declarado vago um determinado cargo dentro do quadro de pessoal do estabelecimento de saúde.
3 — Dar-se-á a remoção:
3.1 — "ex-oficio": no interesse da administração.
3.2 — a pedido do servidor, atendida a conveniência do serviço.
Parágrafo Único — Em quaisquer dos casos, a remoção é condicionada à existência de vaga e o parecer da CPRH.
4 — A CPRH/FHDF reunir-se-á, no mês de abril, para análise das necessidades de lotação e remoção definindo-se as prioridades dos serviços;
5 — A remoção "ex-oficio" visa a atender ao interesse precípuo da Administração no desenvolvimento de atividades médico-assistenciais e de apoio técnico-administrativo, podendo ocorrer a qualquer época do ano;
6 — A remoção voluntária visa a conciliar os in-

teresses da Instituição com os do servidor;
7 — Poderá requerer remoção voluntária o servidor empossado que tenha, no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício na Fundação Hospitalar;
8 — A administração poderá atender a eventual interesse de servidor que ainda não tenha cumprido 02 (dois) anos de efetivo exercício na Fundação Hospitalar nas hipóteses seguintes:
8.1 — Caso o interesse seja manifestado no momento da sua posse ou no decorrer do prazo de carência previsto no item anterior, desde que não haja interessado devidamente habilitado à vaga pretendida;
8.2 — Na hipótese de movimentação decorrente de novo concurso público;
9 — O requerimento de remoção voluntária será feito mediante o preenchimento de formulário próprio pelo interessado ou por procurador devidamente habilitado;
9.1 — O requerimento de remoção deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras de qualquer espécie, com indicação de até duas opções;
9.2 — O requerimento de remoção será formalizado no local de lotação do servidor, no mês de maio de cada ano.
9.3 — Os servidores em gozo de licença sem vencimentos, ou bolsa de estudos ou a disposição de outros órgãos terão seus requerimentos automaticamente indeferidos;
9.4 — A Divisão de Recursos Humanos ou Divisão de Administração Geral das Unidades de Saúde recebe os requerimentos de remoção voluntária na 1ª semana de junho, revisa, indeferindo aqueles enquadrados no item 9.3 desta Instrução Normativa, anexa informações que considere de utilidade para CPRH/FHDF, bem como a classificação do servidor de acordo com a apuração de pontos decorrentes do tempo de serviço, segundo os critérios do Anexo I. na 2ª semana de junho do mesmo ano, encaminha a 1ª via ao DRH/FHDF e 2ª via às chefias imediatas dos servidores;
9.5 — O DRH/FHDF revisa todos os requerimentos recebidos, acrescenta informações, se for o caso, organiza-os de modo à facilitar a classificação de acordo com as normas desta Instrução e encaminha-os à CPRH.
9.6 — A CPRH faz a classificação segundo os critérios do anexo I, e encaminha a listagem ao DRH e DRMA.
10 — Para as categorias de Assistente Intermediário de Saúde e Assistente Básico de Saúde permanecerá sendo utilizado o Tempo de Serviço como critério para fins de remoção.
11 — Os recursos às decisões da Comissão de Política de Recursos Humanos da FHDF, instruídos pela mesma, serão encaminhados ao Presidente da FHDF, que proferirá a decisão.
Parágrafo Único — O prazo de recursos é de 05 (cinco) dias úteis da divulgação pelo DRH da lista dos requerentes atendidos.
12 — Os atos de remoções e lotações deverão ser formalizados através de Ordem de Serviço do Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Administração Central, exceto para as categorias de nível superior, que será formalizados através de ato do Presidente da FHDF;
13 — Com a remoção, o servidor passa a ter exercício em outra Unidade preenchendo vaga existente, sem que se modifique a sua situação funcional;
14 — Os pedidos de remoção que não forem atendidos deverão permanecer arquivados na Secretaria Executiva da Comissão de Política de Pessoal da FHDF, devendo a classificação ser obedecida para remoção "ex-oficio" antes do prazo estabelecido para recebimento de novos requerimentos.

15 — Caso o requerente, cuja solicitação tenha sido indeferida, mantenha seu interesse em ser removido, deverá renovar seu pedido no próximo período de recebimento das solicitações.
16 — Sempre que ocorrer a licença sem vencimentos, mandato eletivo, bolsa de estudos, ou na hipótese de requisição ou cessão com ou sem ônus para a FHDF, inclusive os servidores integrados ao sistema SUS (INAMPS e Secretaria de Saúde), o servidor será automaticamente deslocado de sua lotação originária, desbloqueando a vaga que até então ocupava, passando a integrar a lotação suplementar do Departamento de Recursos Humanos, no Centro de Custos/DRH, sendo lotado após retorno na sua Regional de origem.

17 — No caso de movimentação no âmbito da própria Fundação, objetivando o exercício de Cargos de Direção, Cargos de Chefia e de Cargos de Assessoramento Superior na Administração Central, ocorrerá, após o período de 01 anos, desbloqueio da vaga originária, facultando-se no entanto, ao ocupante da aludida posição, ao ser dispensado, a opção de remoção para qualquer órgão descentralizado, na esfera de sua categoria funcional e especialidade, exceto para unidade terciária.

17.1 — Essas normas se aplicam, também aos ocupantes dos Cargos de Coordenador Regional de Saúde, Diretor do Hospital de Base do DF, Hospital São Vicente de Paulo, Instituto de Saúde Mental e Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica.

18 — A responsabilidade pela aplicação destas Normas, bem como pelo controle e fiel observância do seu cumprimento será do Departamento de Recursos Humanos e seus órgãos descentralizados.

19 — Os casos omissos serão analisados pela CPRH que elaborará recomendação ao Presidente da FHDF.

20 — Esta Instrução entra em vigor a partir da presente data.

21 — Ficam revogadas as Instruções de nº 12/89 de 23 de maio de 1989 e nº 01/93 de 15 de janeiro de 1993.

CARLOS SANT'ANNA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 74, página 15 de 14/04/93).

Anexo I à Instrução nº 004/93-FHDF de 12 de abril de 1993.

Critérios para pontuação para as categorias de Nível Superior

1 - Antiguidade - 50 pontos
1.1 - Serão contados 2 pontos por cada ano de serviço prestado à FHDF até o máximo de 50 pontos.
1.2 - Não serão computados para efeito de contagem de tempo de serviço: licença sem vencimentos e faltas injustificadas.

2 - Formação e carreira profissional - 50 pontos conforme tabela a seguir:

ITEM	FORM. E CARREIRA PROF. CRIT.	SUB TOTAL	TOTAL
01	INEXISTÊNCIA DE FALTA OU PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA EM JULGADO	-----	1
02	MAIS DE 01 ANO EM REGIME DE 40 HORAS	-----	5
03	TRABALHO PUBLICADO SOBRE ASSUNTO RELATIVO A ATIVIDADE DO REQUERENTE NA FHDF (MÁXIMO DE 05 PONTOS)	1 x 5	5
04	PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS A ASSEMELHADOS COMO PALESTRANTE, APRESENTADOR, INSTRUTOR OU COORDENADOR DE CURSOS (MÁXIMO DE 5)	0,5 x 5	2,5
05	MAIS DE UM ANO EM PRECEPTORIA	-----	3
06	PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE CONCURSO PÚBLICO (MÁXIMO DE 05)	0,5 x 5	2,5
07	EXPERIÊNCIA PREGRESSA NA ÁREA DE ATIVIDADE PARA A QUAL SERÁ REMOVIDO	-----	2
08	BOLSA DE ESTUDO NO INTERESSE DA INSTITUIÇÃO (PRIORIDADE 1)	-----	4
09	FORMAÇÃO PARA GRADUADO RELACIONADA COM AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO REQUERENTE DA FHDF.	-----	-----
	a - CURSO (MÍNIMO DE 40 HORAS) MÁXIMO DE 3.	1 x 3	3
	b - ESTÁGIO OU APERFEIÇOAMENTO (MÍNIMO DE 180 HORAS).	-----	4
	c - ESPECIALIZAÇÃO (MÍNIMO DE 360 HORAS).	-----	6
	d - RESIDÊNCIA - 1 ANO ..... 4 2 ANOS ..... 8 3 ANOS 9	-----	9
	e - MESTRADO	-----	9
	f - DOUTORADO	-----	12

OBS: OS PONTOS DOS ÍTENS D, E e F NÃO SE SOMAM SENDO EXCLUDENTES.

TOTAL 50

Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 74, página 15 de 14/04/93

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER -DF

INSTRUÇÃO DE 12 DE ABRIL DE 1993

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03.12.75 e de acordo com a competência delegada no artigo 2º, alínea "d", do Decreto nº 12.469, de 06.07.90,

RESOLVE:

Rever a contagem do tempo de serviço dos servidores abaixo relacionados e conceder Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 87 e Parágrafo Único do artigo 88, da Lei nº 8.112, de 11.12.90.

Nome: Dagoberto de Matos Lima, matrícula nº 92.328-1 — Quinquênios: 1º de 26.11.74 a 25.12.80, 2º de 25.12.80 a 24.12.85, 3º de 25.12.85 a 24.12.90.

Nome: Genesco Moreira da Silva, matrícula nº 92.514-4 — Quinquênios: 1º de 07.08.75 a 06.08.80, 2º de 07.08.80 a 06.10.85, 3º de 07.10.85 a 06.10.90.

Nome: Paulo Roberto de Jesus, matrícula nº 93.314-7 — Quinquênio: 1º de 04.11.81 a 03.09.91.

Nome: Joaquim de Souza Caldas, matrícula nº 93.726-6 — Quinquênio: 1º de 13.10.86 a 12.10.91.

Nome: José Barbosa de Souza, matrícula nº 93.728-2 — Quinquênio: 1º de 14.11.86 a 13.12.92.

LUIZ GONZAGA RODRIGUES LOPES

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A — SAB

ATA — DA CENTÉSIMA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S / A — S A B .

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e três, na Sede da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A — SAB, localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco "E", em Brasília, Distrito Federal, realizou-se a CENTÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Iniciando os trabalhos desta reunião, na presenca do Senhor FIRMIANO PACHECO DE ARRUDA, Membro Efetivo e Presidente deste Colegiado, eleito e empossado pela Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 10.02.93, tomaram posse nos Cargos de MEMBROS EFETIVOS do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da SAB, eleitos na citada Assembléia Geral, os Senhores LUIZ ALBERTO MENDES, NELO ALVES PEREIRA, ELIAS VALMOR MARCHESE, GILDO DA SILVA GADELHA, VICENTE FERRER DE MELO e CESAR AUGUSTO DOMINGOS, apondo suas assinaturas nos Termos de Posse, prometendo no ato bem e fielmente exercer as atribuições dos cargos nos quais foram empossados. Após os cumprimentos de praxe, o Senhor Presidente parabenizou os Conselheiros reeleitos e desejou boas vindas aos novos Conselheiros, fazendo uma rápida explanação sobre os negócios da Empresa. Os Senhores Conselheiros, um a um, demonstraram a sua satisfação em fazer parte deste Colegiado e, conseqüentemente, prestar a sua contribuição na administração desta Empresa. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou fossem registrados agradecimentos aos ex-Conselheiros MARLENIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA e

ERI RODRIGUES VARELA, pelos relevantes serviços prestados a esta Sociedade, salientando a seriedade, honestidade, interesse e brilhantismo com que sempre conduziram os trabalhos que lhes foram confiados durante a sua gestão, demonstrando sempre grande capacidade e vontade de resolver os problemas da SAB, sendo acompanhado pelos demais Conselheiros. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Conselho, considerando que o término do mandato da atual Diretoria desta Sociedade, ocorreu no último dia 23 de janeiro; considerando o disposto no artigo 28, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos do Estatuto Social da SAB, resolveu: a) aprovar a indicação do Presidente do Colegiado, elegendo, para um mandato de 02 (dois) anos, os Senhores: 1. NILSON MARTORELLI, brasileiro, casado, Engenheiro Civil e Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade nº 9.794.987-SSP/SP e CPF/MF nº 011.316.748-20, residente e domiciliado à SHIS — QL 14, Conjunto 09, Casa 10, Brasília, Distrito Federal, para ocupar o Cargo de PRESIDENTE da SAB; 2) JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES FILHO, brasileiro, casado, Publicitário, portador da Cédula de Identidade nº296.907-SSP/DF e CPF/MF nº 144.502.751-87, residente e domiciliado à SQN 210, Bloco "J", Apartamento nº 504, Brasília, Distrito Federal, para ocupar o Cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO da SAB, reeleito; 3. TULIO AUGUSTO VELOSO, brasileiro, desquitado, Comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 3.600.526-SSP/DF, residente e domiciliado à SQS 102, Bloco "I", Apartamento nº 602, Brasília, Distrito Federal, para ocupar o Cargo de DIRETOR COMERCIAL da SAB, reeleito; b) amparado no Parágrafo 3º do artigo 37 do Estatuto Social da SAB, indicar o Presidente da Sociedade, Senhor NILSON MARTORELLI, para responder cumulativamente pela Diretoria Comercial, durante o afastamento do titular, que se encontra em gozo de Licença Remunerada para Descanso, concedida através da Resolução nº 002/93, de 22.01.93. Continuando, o Colegiado consignou agradecimentos ao Senhor FIRMIANO PACHECO DE ARRUDA pela excelente atuação frente`a presidência desta Sociedade nos últimos 11 (onze) meses, registrando o reconhecimento pelos bons serviços prestados à SAB e, conseqüentemente, ao Governo do Distrito Federal. Finalizando, o Senhor Presidente solicitou a presença dos Senhores NILSON MARTORELLI, JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES FILHO e TULIO AUGUSTO VELOSO, os quais, apondo suas assinaturas nos Termos de Posse, prometendo no ato bem e fielmente exercer as suas funções e apresentar, na forma da Lei, Declaração de Bens, foram investidos nos cargos. Após os cumprimentos e agradecimentos de praxe, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos e, para constar, eu MARIA JUDITE GAMA DAS CHAGAS MORAIS, Secretária, lavrei a presente Ata que, Presidente e Conselheiros presentes, declarando-se que esta Ata é cópia fiel da transcrita em livro proprio. FIRMIANO PACHECO DE ARRUDA, PRESIDENTE — LUIZ ALBERTO MENDES, CONSELHEIRO — NELO ALVES PEREIRA — ELIAS VALMOR MARCHESE, CONSELHEIRO — GILDA DA SILVA GADELHA, CONSELHEIRO, VICENTE FERRER DE MELO, CONSELHEIRO — CESAR AUGUSTO DOMINGOS, CONSELHEIRO.

APR — 6 1993
J.C.D.F.

Nº 5312755,8
REG. SOB

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.

(a) Paulo Henrique Gomes da Cruz
Secretário-Geral

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 007 DE 29 DE MARÇO DE 1993

Aprova a NT 018/93 que trata sobre o cadastramento de empresas de fabricação, comercialização e prestadoras de serviços de assistência técnica para manutenção de extintores de incêndio no Distrito Federal.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 7, do artigo 7º, do Decreto nº 4.750, de 25 de julho de 1979, combinado com o artigo 309, do Decreto nº 11.258, de 16 de setembro de 1988 e, de conformidade com a proposta do Diretor de Serviços Técnicos da Corporação.

RESOLVE:

1. Aprovar a Norma Técnica 018/93, que a esta acompanha.
2. revogam-se às disposições em contrário.
3. Publique-se em Boletim Geral da Corporação e no Diário Oficial do Distrito Federal.

CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO — CEL QOBM/COMB — Comandante-Geral
HENRIQUE SILVA BARBOSA, CEL QOBM/COMB — Diretor Técnico

NORMA TÉCNICA 018/93-DST/ CBMDF

CADASTRAMENTO DE EMPRESAS DE FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO NO DISTRITO FEDERAL

1 — FINALIDADE

Atende ao disposto no artigo 18 da Lei nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, publicado no Diário Oficial da União nº 226, seção I às páginas nº 26393 a 26395.

2 — OBJETIVO

Fixa as condições mínimas para inscrição cadastramento, credenciamento e fiscalização das empresas de fabricação, comercialização e prestadora de serviço de assistência técnica para manutenção de extintores de incêndio no Distrito Federal, junto a Diretoria de Serviços Técnicos (DST).

3 — REFERÊNCIAS E OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

3.1 — Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991. — Dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF e dá outras providências.
3.2 — Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. — Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
3.3. — Decreto nº 11.258 de 16 de setembro de 1988.
— Dispõe sobre o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal.
3.4 — Regulamento Específico Para Extintores de Incêndio (fabricantes)/Marca Nacional de

Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).
3.5 — Regulamento para Obtenção de Certificado de Capacitação Técnica Para os Serviços de Manutenção de Extintores de Incêndio (vistoriadores/recarregadores) aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).
3.6 — Norma técnica 005/85 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).
3.7 — Normas Brasileiras aplicáveis.

4 — DEFINIÇÕES
— Para os efeitos destas normas são adotadas as definições:

4.1 — FABRICANTE
Empresa prestadora de serviço de fabricação de extintores e de seus competentes.

4.2 — VISTORIADOR
Empresa prestadora de serviços de comercialização, recarga e manutenção de extintores de incêndio e seus componentes.

4. 3 — RECARREGADOR
Empresa prestadora tão somente de serviço, de comercialização e de recarga de extintores de incêndio.

4.4 — POSTO DE VENDA
Empresa que se destina tão somente a comercialização de extintores e de seus componentes.

4.5 — ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO CREDENCIADO (OCC)
Empresa credenciada pelo INMETRO, responsável pela certificação de capacidade técnica.

4.6 — ORGANISMO DE INSPEÇÃO (OI)
Empresa credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), vinculada ao Organismo de Certificação Credenciado (OCC), responsável pela auditoria e fiscalização para concessão do Certificado de Capacitação Técnica.

4.7 — CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CRD/CBMDF).

Documento emitido pela DST e homologado pelo Comandante geral da Corporação que habilita a empresa inscrita e cadastrada na DST/CBMDF a exercer suas atividades no Território do Distrito Federal.

4.8 — Para os efeitos destas normas são usadas as seguintes siglas:
4.8.1 — CBMDF — Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
4.8.2 — CRD — Certificado de Credenciamento do CBMDF.
4.8.3 — CRC — Certificado de Registro Cadastral.
4.8.4 — DODF — Diário Oficial do Distrito Federal.
4.8.5 — DST — Diretoria de Serviços Técnicos.
4.8.6 — INMETRO — Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
4.8.7 — OCC — Organismo de Certificação Credenciado.
4.8.8 — NT — Norma Técnica.
4.8.9 — OI — Organismo de Inspeção.

5. — INSCRIÇÃO E REGISTRO
5.1 — A empresa para se habilitar à concessão do CRD/CBMDF deverá apresentar no protocolo da Seção de Expediente da DST/CBMDF:
5.1.1 — Requerimento (modelo DST/ CBMDF — Anexo A), em papel timbrado da empresa e no formato A-4, solicitando inscrição e respectivo registro, assinado pelo seu representante legal constituído;
5.1.2 — Primeira via da Guia de Recolhimento da Taxa do GDF, através do DAR.
5.1.3 — Certificado de Registro Cadastral (CRC), passado pela Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, em plena validade.

5.2 — Documentos Específicos Exigidos
5.2.1 — Fabricante — Apresentar uma cópia autenticada de seu Certificado de Capacitação Técnica e do Contrato com o OCC.
5.2.2 — Vistoriador — Apresentar uma cópia autenticada de seu Ceritificado de Capacitação Técnica e do Contrato com o OCC e relação dos Recarregadores vinculados (Anexo B).
5.2.3 — Recarregador — Apresentar uma cópia autenticada de seu Certificado de Capacitação Técnica e Contrato com o OCC (se houver), apresentar cópia autenticada do contrato com seu VISTORIADOR.
5.2.4 — Posto de Venda — Apresentar uma cópia autenticada do contrato com o fornecedor que possua o Certificado de Capacitação Técnica.

6 — CREDENCIAMENTO
6.1 — A DST, após a apresentação dos documentos necessários das empresas, expedirá o CRD/ CBMDF (Anexo C) e fará publicar no Boletim Geral da Corporação, e um extrato no DODF.
6.2 — O CRD/CBMDF terá validade de 01 (um) ano com revalidação trimestrla, podendo ser suspenso a qualquer tempo, independente do prazo de validade, desde que comprovada irregularidades ou infrações aos dispositivos legais ou técnicos normativos, ficando à empresa infratora impedida, temporariamente de exercer suas atividades no território do Distrito Federal.

7 — SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO CRD/CBMDF
7.1 — O início do processo de suspensão dar-se-á com a emissão do Termo de Notificação passado pelo oficial vistoriador, com prazos mínimos de 5 (cinco) e máximo de 30 (trinta) dias, vedada sua prorrogação, mesmo que no decurso dos prazos acima mencionados, outras irregularidades sejam apontados.
7.2 — O cancelamento da suspensão das atividades da empresa infratora, poderá ser requerida ao Comandante Geral da Corporação por seu representante legal constituído, devidamente instruído com provas que lhe sirvam de defesa, após sanadas as infrações ou irregularidades apontadas.
7.2.1 — O requerimento de pedido de cancelamento deverá vir acompanhado da 1ª via da Guia de recolhimento da taxa do GDF, através DAR.
7.2.2 — Ocorrendo o relaxamento da suspensão ou sua manutenção, a DST fará publicar no Boletim Geral da Corporação e no DODF.
7.2.3 — Mantendo-se a suspensão das atividades, após pedido de cancelamento, a empresa terá cassado seu CRD/CBMDF pelo período de 90 (noventa) dias.
7.2.3.1 — Após o período de cancelamento, a empresa infratora poderá solicitar nova inscrição e registro.
7.2.3.2 — No caso do cancelamento do CRD/ CBMDF se referir a empresa VISTORIADORA, seus RECARREGADORES, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação do ato no DODF, poderão optar por outro responsável, devendo o novo VISTORIADOR apresentar em 10 (dez) dias subseqüentes ao prazo acima, nova relação de recarregadores a ele vinculados.
7.3 — No caso previsto de suspensão ou de cancelamento do CRD/ CBMDF ao FABRICANTE, VISTORIADOR e RECARREGADOR, o CBMDF através da DST, expedirá comunicado ao OCC outorgante para fins de aplicação dos dispositivos regulamentares específicos.

7.3.1 — No caso de suspensão ou cancelamento do CRD/ CBMDF ao RECARREGADOR, a DST/ CBMDF expedirá um comunidado ao seu VISTORIADOR.

7.4 — Independente de comunicação prévia à empresa,a DST/ CBMDF poderá consultar o OCC do FABRICANTE, VISTORIADOR e RECARREGADOR, sempre que julgar necessário a concessão do CRD.

8 — RELATÓRIO

8.1 — A empresa credenciada, trimestralmente, deverá submeter à apreciação da DST/ CBMDF, relatório analítico de suas atividades no período, a fim de subsidiar o controle por parte da Seção de Vistoria e Pareceres/DST, assim como, servir de avaliação quanto ao desempenho técnico da empresa.

8.2 — O relatório analítico deverá vir assinado pelo profissional responsável credenciado pelo OCC e inscrito na DST quando se tratar de empresa VISTORIADORA e, pelo respectivo representante legal constituído, quando RECARREGADOR.

9 — DA VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

9.1 — Será realizada vistoria inopinada, oportunidade em que deverão ser fornecidos todos os dados solicitados pelo(s) vistoriante(s).

9.2 — As inspeções poderão ocorrer nos locais onde a empresa presta serviço, na própria matriz ou filial nos quais serão vistos assuntos relacionados com os credenciamentos ou com aqueles que se refiram ao tratamento técnico da área de atuação da empresa.

9.3 — Sempre que houver a inspeção ou ensaio de funcionamento, a empresa deverá recolocar o extintor no local, arcando com os encargos de recarga. Sempre que se realizar este tipo de inspeção, o VISTORIADOR, que também será o responsável pelo RECARREGADOR vinculado, estará sendo avaliado, devendo responder solidariamente pelos aspectos referentes aos testes realizados.

10 — CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 — E vedada no território do Distrito Federal a fabricação, comercialização e prestação de serviço de assistência técnica para manutenção de extintores de incêndio, por empresas não credenciadas pelo CBMDF.

10.2 — O CBMDF adota em princípio a certificação do INMETRO como parâmetro para emissão do CRD/ CBMDF.

10.3 - O CBMDF, em caso de qualquer alteração das presentes normas, comunicará de imediato às empresas cadastradas.

10.4 - Os casos omissos serão resolvidos, em primeira estância pelo Diretor de Serviços Técnicos e em segunda, pelo Comandante Geral da Corporação.

10.5 - Ficam revogadas a Norma Técnica 005/85 e demais disposições em contrário.

_____ /Anexos

- Anexo A
- Anexo B
- Anexo C

ANEXO A

ILMO. SENHOR CEL QOBM COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

_____, abaixo assinada por seu representante legal constituido, situado à _____, CGC Nº _____, CRC/GDF Nº _____, em plena validade, vem mui respeitosamente, requerer a V.Sª. _____, e competente registro no Cadastro de Empresas Credenciadas desta Corporação e respectiva emissão do CRD/CBMDF, concernente a atividade de _____, conforme o decreto/GDF Nº. 11.258, de 16 de setembro de 1988 e norma técnica Nº.018/93 - DST/CBMDF.

Segue anexo ao presente requerimento, a documentação exigida na NT em referência.

E a _____ vez que requer.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Atenciosamente,

BRASILIA DF, em _____ de _____de 19___

_____
CARIMBO E ASSINATURA
(representante legal constituido)

ANEXO B

RELAÇAO DAS EMPRESAS RECARREGADORAS

Apresentamos a relação das empresas RECARREGADORAS, sob nossa responsabilidade, de acordo com os dados discriminados abaixo, na forma da legislação aplicável.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Nº	RAZAO SOCIAL	CGC	CRC/ GDF	ENDEREÇO	REPRESENT. LEGAL

OBSERVAÇOES :

BRASILIA DF, em ____de_____de 19___

_____
(Representante Legal Constituido do Vistoriador)

ANEXO C

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
SISTEMA DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA
DIRETORIA DE SERVIÇOS TECNICOS

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO

(C.R.D.)

A Firma, _____ situada à _____ CGC Nº. _____, CRC/GDF Nº. _____, está devidamente cadastrada, registrada e inscrita na Diretoria de Serviços Técnicos / CBMDF, sob o Nº. _____ /DST - CBMDF, estando credenciada a exercer suas atividades de _____, de conformidade com o estabelecido na NT Nº. _____DST - CBMDF e legislação aplicável, no território do Distrito Federal.

_____
Atividade:
Vistoriador:
OCC:
_____

BRASILIA DF, em de de 19

_____
DIRETOR DE SERVIÇOS TECNICOS

NOTA: Revalidação no verso.

REVALIDAÇAO

CRD CBMDF Nº__/___ REVALIDADO___/___/_____ Ch. SVP/DST	CRD CBMDF Nº__/___ REVALIDADO__/___/_____ Ch. SVP/DST	CRD CBMDF Nº__/___ REVALIDADO__/___/_____ Ch. SVP/DST

O CRD/CBMDF terá validade de 01 (um) ano com revalidação trimestral, podendo ser suspenso a qualquer tempo, independente do prazo de validade, desde que comprevada irregularidades ou infrações aos dispositivos legais ou técnicos normativos, ficando à Empresa infratora impedida, temporariamente, de exercer suas atividades no Território do Distrito Federal.

(Nº. 6.2, da NT 0018/92 - DST/CBMDF)

PORTARIA Nº 15 DE 16 DE ABRIL DE

1993

Ordena e uniformiza o procedimento dos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, quando da apreensão de adolescente em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e CONSIDERANDO que as normas jurídicas insertas no artigo 106 e seu Parágrafo Único, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), garantem ao adolescente o direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão e, ainda, ser informado de seus direitos.

RESOLVE:

1. Determinar que o servidor policial da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, imediatamente após ter efetuado a apreensão de qualquer adolescente — em flagrante de ato infracional ou por ordem de autoridade judiciária competente — informe-o de seus direitos estatutários, e proceda incontinenti à comunicação aos familiares do apreendido ou à pessoa por ele indicada, informando o local onde se encontra recolhido.

2. Incumbe à Autoridade Policial a quem o apreendido for apresentado verificar se o mesmo foi informado de seus direitos estatutários pelo servidor que efetuou a apreensão, suprindo, de imediato, eventual descumprimento das normas legais.

3. As disposições desta Portaria aplicam-se, no que couberem, e de acordo com suas atribuições específicas, aos demais órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Processo nº: 030.002978/93
Interessado: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Assunto: Reconhecimento de Dívida

À vista das instruções contidas nos autos e o disposto no artigo 80 do Decreto nº 13.708, de 27.12.91 e de acordo com o disposto no item I, letra "b", da Portaria nº 001/91 SEADE, de 19.11.91, reconheço a dívida referida no processo supra, no valor de Cr$ 10.126.703,34 (dez milhões cento e vinte e seis mil setecentos e três cruzeiros e trinta e quatro centavos), em favor da SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — SAE/PR, correndo à conta do ED. 34909200 — Despesas de Exercícios Anteriores.

Brasília, 12 de abril de 1993.

FRANCISCO MONTEIRO GUIMARÃES
Secretário-Adjunto

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 003 DE 14 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta da Portaria nº 23/91-SEA , de 09 de julho de 1991,

RESOLVE:

Adotar o Modelo de Sistemática de Avaliação de Desempenho da Secretaria de Administração, publicada no DODF de 07 de abril de 1993, aplicável aos servidores em exercício na Secretaria de Comunicação Social.

WELIGTON LUIZ MORAES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA DE 15 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de setembro de 1976 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.002804/90,

RESOLVE:

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, ao servidor DORGIVAL GONÇALVES LEITE, Motorista, requisitado da CODEPLAN, pelo encargo de Assistente de Gabinete desta Secretaria, a partir de 01 de abril de 1993.

PAULO TIMM

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA — SLU

ORDEM DE SERVIÇO "SLU"DE 12 DE ABRIL DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é conferida pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976 e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 38 de 30 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 094.001299/92,

RESOLVE:

1. DESIGNAR os servidores ENI PEREIRA ALVES, matrícula nº 83.497-1, Assessora, do QP/SLU, ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI, matrícula nº 81.653-1, Analista de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão IV, do QP/SLU, VICENTE PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 70.874-7, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do QP/SLU e MARIA DE JESUS RIBEIRO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 65.974-6, Condutor Técnico da TET/NOVACAP, para sob a presidência do primeiro e secretariados pela última, constituírem COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de tickets combustível correspondente a 820 litros de álcool.
2. FICA estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, para apresentação do relatório conclusivo.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 14 DE ABRIL DE 1993

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do artigo 1º, e item I, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, a servidora GEOVANY SILVA BARROS, matrícula nº 83.059-3, Fiscal de Posturas, 3ª Classe, Padrão III, do QP/SLU, para SUBSTITUIR, o servidor LUIZ CARLOS VILENA DE SOUZA, matrícula nº 79.792-8, Encarregado de Limpeza Pública, do Distrito de Limpeza do Paranoá, da Gerência de Operações, Código DFG-01, do QP/SLU, no período de 12.04. a 01.05.93.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 72, pág. 27, do dia 12.04.93)

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Adicionais da Lei nº 6732, de 05.12.79, combinada com a Lei nº 62-DF, de 12.12.89, DEFERIDO ACRÉSCIMO de parcela(s) conforme discriminação no processo a seguir:

PROCESSO Nº: 094.000925/90
NOME: Maria do Socorro P. da Silva
MATRÍCULA: 78.870-8
INÍCIO: 06.03.93
PARCELA: 1/5 (um quinto) do valor da Representação Mensal de DF-02

Brasília, 13 de abril de 1993

FRANCISCA MINAKO ARAKE MARTINS
Diretora Substituta

PROCURADORIA GERAL

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR-DF PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 10.996/88

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 137.000.039/93 — PARTES: DF/RA-X X MANCHESTER REFEIÇÕES IN-

DUSTRIAIS LTDA. OBJETO Despesas com a aquisição de alimentação preparada para os servidores desta Administração. VALOR: Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO Nº: 00076/93, emitida por estimativa em 17.02.93. Subelemento de Despesa: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 001/93. PRAZO: Até 31.12.93. Termo Padrão nº 010/89.

PROCESSO Nº: 137.000.039/93 — PARTES: DF/RA-X X MANCHESTER REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO Despesas com a aquisição de alimentação preparada para os servidores desta Administração. VALOR: Cr$ 21.244.276,80 (vinte e um milhões, duzentos e quarenta quatro mil, duzentos e setenta e seis cruzeiros e oitenta centavos). NOTA DE EMPENHO Nº: 000082/93, emitida por estimativa em 02.03.93. Subelemento de Despesa: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 001/93. PRAZO: Até 31.12.93. Termo Padrão nº 010/89.

PROCESSO Nº: 020.001.736/93 — PARTES: DF/PRG X MPM — LINTAS COMUNICAÇÃO LTDA. OBJETO Despesas com Publicações, Divulgações, Propaganda e Promoções relativas à PRG/DF. VALOR: Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO Nº: 00091/93, emitida por estimativa em 15.03.93. Subelemento de Despesa: 349034. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 001/92-SCS. PRAZO: Até 31.12.93. Termo Padrão nº 010/89.

PROCESSO Nº: 020.001.564/93 — PARTES: DF/PRG X TELEBRASILIA — TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A. OBJETO: Aditamento à nº 032/93. VALOR: Cr$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros). NOTA DE EMPENHO Nº: 00089/93, emitida por estimativa em 12.03.93. Subelemento de Despesa: 349039. Dispensada de Licitação com base no art. 029, inc. II do item IX do Decreto nº 10.996/88. PRAZO: Até 31.12.93. Termo Padrão nº 011/89.

Brasília-DF, 23 de março de 1993

TRIBUNAL DE CONTAS

PORTARIA Nº 090, DE 16 DE ABRIL DE 1993.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 84, inciso XVIII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCDF nº 038, de 30 de outubro de 1990, e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº 2063/93,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 16 de abril do corrente ano, de acordo com o artigo 34, primeira parte, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RYVO MATIAS PIRES DOS SANTOS, Analista de Finanças e Controle Externo, 3ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SERVIÇO ASSISTENCIAL ATA DA FUNDAÇÃO E PRIMEIRA REUNIÃO DA SOCIÉDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO ASSISTENCIAL — SOBRASA

Aos 12 (doze) dias do mês de abril de 1993 (hum mil novecentos e noventa e três) às 10 horas, na Sala de reuniões da Sociedade Brasileira de Serviço Assistencial-SOBRASA, sito à SCLN Q. 114, Bloco C 52, sala 217, em Brasília-DF, reuniram-se os (as) senhores (as) Anilcéia Luzia Machado, Eleusina Rodrigues Sampaio de Souza, Pe. Jonas Vettoraci é Ivo Traesel, com a finalidade de fundar, como de fato fundaram, a Sociedade Brasileira de Serviço Assistencial-SOBRASA, com sede à SCLN Q. 114, Bloco C 52, sala 217, em Brasília-DF, constituindo a 1ª Assembléia Geral da nova Sociedade, os presentes passaram ao estudo e a aprovação por unanimidade dos Estatutos aqui transcritos: ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO ASSISTENCIAL — SOBRASA — TÍTULO I — DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE E SEDE art. 1º — A Sociedade Brasileira de Serviço Assistencial-Sobrasa, é uma sociedade civil de fins filantrópicos, não econômicos, fundada em Brasília (DF), por prazo indeterminado, aos 12 (doze) dias do mês de abril de 1993, registrada sob o nº, no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, com sede e foro na cidade de Brasília (DF) — SCLN Q. 114, Bloco C 52, sala 217 — Brasília — DF. art. 2º — A SOBRASA rege-se pela legislação específica e pelo presente Estatuto e tem as seguintes finalidades: I — prestar assistência educacional e social às comunidades carentes e a trabalhadores, bem como a empresas, locais, desenvolvendo programas de aperfeiçoamento, de especialização e de treinamento profissional, voltado para o social. II — prestar assistência Educacional, científica, artística, literária, recreativa, esportiva e cultural à comunidade; III — criar, manter e desenvolver estabelecimentos de ensino de qualquer nível, grau ou modalidade, em condições de oferecer instrução e aprimoramento educacional e cultural, comprometidos com a realidade do país e com visão prospectiva; IV — promover pesquisa e experimentos tecnológicos e educacionais; V — oferecer à comunidade serviços especializados, nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. TÍTULO II — DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS — art. 3º — O patrimônio da Sociedade Brasileira de Serviço Assistencial, será constituído: a) pelos bens imóveis e móveis que a Sociedade possua ou venha a adquirir, a criar ou a incorporar; b) pelas doações ou legados; c) pelas subvenções dos poderes públicos; d) pelos saldos de exercícios financeiros. Art. 4º — A receita será constituída: a) pelos rendimentos provenientes de seu patrimônio; b) pela remuneração de seus serviços; c) pelas mensalidades pagas pelos alunos dos estabelecimentos de ensino mantidos pela sociedade, conforme legislação pertinente; d) pelas contribuições, subvenções e auxílios de entidades de direito público ou privados; e) pelas rendas de qualquer espécie a seu favor, constituídas por terceiros. TITULO III — DOS SÓCIOS — Art. 5º — São sócios da Sociedade Brasileira de Serviço Assistencial — SOBRASA: 1. IVO TRAESEL 2. Pe. JONAS VETTORACI 3. ANILCEIA LUZIA MACHADO 4. ELEUSINA RODRIGUES SAMPAIO DE SOUZA. Parágrafo Único — No caso de impedimento ou falecimento, cada sócio será substituído ou sucedido por um herdeiro necessário, o mais idoso ou outro explicitamente indicado para este fim. Art. 6º — São direitos e deveres dos sócios da SOBRASA: a) comparecer às reuniões da Assembléia Geral; b) votar e ser votado; c) desincumbir-se de missões para as quais for designado pelos órgãos da administração da SOBRASA; d) colaborar na realização das finalidades da Sociedade; e) cumprir e zelar pelo acatamento destes Estatutos; f) atender, pontualmente, aos encargos de manutenção. Art. 7º — A SOBRASA, poderá conferir o título de Associado Honorário a pessoa que prestar relevantes serviços a ela ou a comunidade, a critério da Assembléia Geral. Parágrafo Único — Os Associados Honorários ficam excluídos do disposto nas letras "a", "b", "f" do artigo 6º (sexto) deste Estatuto. TÍTULO IV — DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO — Art. 8º — São órgãos da administração da sociedade: a) a Assembléia Geral; b) a Diretoria. Art. 9º — A Assembléia Geral é constituída por todos os sócios de que trata o artigo 5º deste Estatuto. Parágrafo Único — Nas assembléias, o voto de cada sócio será pessoal e único. Art. 10 — A Assembléia Geral reune-se, ordinariamente uma vez por semestre, em data e local fixados previamente, convocada através de memorando pelo presidente da SOBRASA, extraordinariamente, sob requerimento de pelo menos dois sócios. Art. 11 — A Assembléia Geral só funcionará com a presença de todo sos seus membros, deliberando por sua maioria absoluta. Art. 12 — Compete à Assembléia Geral: a) eleger, dentre os sócios da SOBRASA a sua Diretoria; b) aprovar a criação, a modificação e a extinção de Instituições mantidas; c) aprovar o planejamento e o relatório anual, a prestação de contas dos exercícios findos e o plano de ação para o exercício seguinte apresentado pela Diretoria; d) aprovar o orçamento; e) decidir sobre o desligamento de sócios, por proposta circunstanciada de outro sócio; f) decidir e autorizar, se for o caso, a aquisição, alienação, oneração de bens imóveis e semoventes da SOBRASA, bem como a concessão de empréstimos, avais e endossos e a realização de dívidas pela SOBRASA; g) decidir sobre a dissolução da Sociedade; h) indicar os membros da Diretoria de cada instituição mantida; i) destituir pessoas eleitas e designadas para mandatos na SOBRASA e nas instituições mantidas; j) alterar o presente Estatuto; l) aprovar os regimentos das instituições mantidas e o interno da Diretoria da Sociedade. Art. 13 — A Diretoria, órgão executor das disposições estabelecidas pela Assembléia Geral, será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e um Secretário. Parágrafo Único: Os membros da Diretoria serão eleitos por um mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconzudidos. Art. 14 — A Diretoria disporá de uma secretaria, com estrutura e funcionamento definidos em regimento próprio, aprovado pela Assembléia Geral. Art. 15 — O Presidente será substituído, em seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, dispensada qualquer providências para tal. TÍTULO V— DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES — Art. 16 — Ao Presidente compete: a) representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e em toda as relações que envolvam terceiros; b) convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria; c) promulgar as decisões da Assembléia Geral; d) superintender a administração da Sociedade e das entidades mantidas; e) receber auxílios, donativos, subvenções e legados em nome da sociedade;f) apresentar, no início de cada exercício o plano de trabalho da SOBRASA e,ao final do mesmo, o relatório circunstanciado das atividades, com a proposta orçamentária para o exercício seguinte: g) assinar o balanço geral e contas; h) movimentar as contas bancárias, bem como emitir, endossar cheques e ordens bancárias, assinando sempre conjuntamente com o Vice-Presidente; i) designar as pessoas para cargos e funções. Art. 17 — São atribuições do Vice-Presidente: a) *substituir o Presidente em*

suas ausências e/ou impedimentos; b) auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções. Art. 18 — São atribuições do Tesoureiro: a) administrar os bens e direitos da sociedade, sob a orientação do Presidente; b) superintender as atividades administrativas, financeiras e contábeis da Entidade, de Conformidade com o Regimento Geral da SOBRASA; c) supervisionar a execução orçamentária da SOBRASA. Art. 19 — São atribuições do Secretário a) Secretariar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria; b) manter os arquivos devidamente em ordem. c) manter o controle de expedição e recebimento de correspondências da Entidade. TÍTULO VI — DAS UNIDADES MANTIDAS — Art. 20 — As unidades mantidas pela SOBRASA são regidas pelo presente Estatuto e pelos próprios regimentos. Art. 21 — Cada unidade tem uma Diretoria cuja constituição e competência são definidas em seu próprio regimento. TÍTULO VII — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS — Art. 22 — Aos membros da Diretoria é vedada remuneração bem como a distribuição de lucros e bonificações pelo exercício específico de suas funções. Art. 23 — A Sociedade não reparte aos sócios parcela alguma de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro, nem distribui dividendos de espécie alguma,e aplica no País os recursos próprois, na consecução de suas finalidades institucionais, utilizando na manutenção, e no desenvolvimento de suas obras, o eventual "superávit". Art. 24 — Em caso de dissolução da Sociedade, seu patrimônio terá destinação determinada pela Assembléia Geral, a favor de Sociedade de fins iguais ou semelhantes, devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. Art. 25 — Os sócios não respondem individual nem subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade e ônus por ela contraídos. Art. 26 — Os regimentos das unidades mantidas devem ser adaptadas às disposições deste Estatuto e obedecer à legislação específica vigente. Art. 27 — O ano social coincidirá com o ano civil. Art. 28 — O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral, revogadas as disposições em contrário. Brasília-DF, 12 de abril de 1993. IVO TRAESEL, Pe. JONAS VETTORACI, ANILCÉIA LUZIA MACHADO, ELEUSINA RODRIGUES S. DE SOUZA. Dando prosseguimento aos trabalhos foi feita a eleição da primeira Diretoria, sendo eleito Presidente o Senhor Ivo Traesel, Vice-Presidente Pe. Jonas Vettoraci, Tesouraria Anilcéia Luzia Machado e Secretária Eleusina Rodrigues Sampaio de Souza. Os eleitos tendo aceitos os cargos, tomaram posse imediatamente, Nada mais constando na pauta do dia, foi encerrada a sessão e eu Eleusina Rodrigues Sampaio de Souza, lavrei a presente Ata que, uma vez aprovada será assinada por mim e demais membros da Diretoria. Brasília, 12 de abril de 1993. IVO TRAESEL — Presidente.

Pe. JONAS VETTORACI —
Vice-Presidente

ANILCÉIA LUZIA MACHAOD —
Tesoureira

ELEUSINA RODRIGUES SAMPAIO
DE SOUZA — Secretária

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 111.005.663/92.1. ESPÉCIE: TERMO ADITIVO Nº 40/93. CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA— TERRACAP e COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA-CEB. OBJETO: Suplementar recursos ao Convênio nº 149/92, datado de 11.08.92. VALOR: Cr$ 2.950.000.000,00 (dois bilhões e novecentos e cinqüenta milhões de cruzeiros). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da TERRACAP, correndo à conta do ELEMENTO 459051 — OBRAS E INSTALAÇÕES, PROJETO 5017 — EXEC. OBRAS, SERV. CONSTR. URBANIZAÇÃO NO DF., conforme Nota de Empenho nº 712, de 02.04.93. VIGÊNCIA: A partir de 15.04.93. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: TERRACAP. DATA DE ASSINATURA: 15.04.93. P/TERRACAP: HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO, JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO e HELENO GILBERTO BARCELOS. P/CEB: JOSÉ GERALDO MACIEL e FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE. TESTEMUNHAS: WILSON RODRIGUES DAMASCENO e FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 160.001.791/90.7. ESPÉCIE: CONTRATO DE LOCAÇÃO COM OPÇÃO DE COMPRA Nº 41/93. CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP E MARMOARTE AWAY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: LOTE 20, QI-03, Setor Leste do Gama-DF. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: De acordo com a Resolução nº 184, de 04.03.93-CONAD-TERRACAP, com fulcro na Lei nº 06, de 29.12.88, alterada pela Lei nº 289, de 03.07.92 e Decretos nºs 11.568 e 14.067, de 16.05.89 e 29.07.92. VALOR CONTRATUAL: Cr$ 332.091.473,37 (trezentos e trinta e três milhões, noventa e um mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros e trinta e sete centavos). VALOR DO ALUGUEL MENSAL: Cr$ 3.320.914,74 (três milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e quatorze cruzeiros e setenta e quatro centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir de 14.04.93. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: TERRACAP. DATA DE ASSINATURA: 14.04.93. P/LOCADORA: HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO, ALEXANDRE GONÇALVES e HELENO GILBERTO BARCELOS. P/LOCATÁRIA: ANA MARIA CORSINI VELLOSO. TESTEMUNHAS: ANDRÉ FARAGE DE CARVALHO e MARIA SELMA DOS SANTOS.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO CONTRATO 2813. Nº DO PROCESSO: 092.000658/93. MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO: Tendo em vista a Homologação e Adjudicação do Resultado do Convite de Preços CVO nº 006/93-CAESB, pelo Diretor do Sistema de Esgotos da CAESB. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: Execução das obras de rede pública coletora. de esgotos e ligações prediais na expansão do Setor Oeste do Gama-DF. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros provêm do CT 003/92 — FAE/BRB/CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 5063 — Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, subprojeto 0001, Código 22.402.101.113-3. VALOR: Cr$ 924.849.759,59 (novecentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinqüenta e nove cruzeiros e cinqüenta e nove centavos). PRAZO: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao da emissão da Ordem de Serviço pela CAESB. VIGÊNCIA: 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados a partir de sua publicação. DATA DA ASSINATURA: 16.04.93. CONTRATADA: EBS — EMPRESA BRASILIENSE DE ENGENHARIA LTDA.

EXTRATO DO CONTRATO 2814. Nº DO PROCESSO: 092.000660/93. MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO: Tendo em vista a Homologação e Adjudicação do Resultado do Convite de Preços CVO nº 008/93-CAESB, pelo Diretor do Sistema de Esgotos da CAESB. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: Execução das obras do trecho "B" do coletor tronco de esgotamento sanitário na expansão do Setor Oeste do Gama-DF. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros provêm do Convênio 003/93 — BRB/FAE/CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 5063 — Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, subprojeto 0001, Código 22.402.101.113-3. VALOR: Cr$ 872.196.192,04 (oitocentos e setenta e dois milhões, cento e novent e seis mil, cento e noventa e dois cruzeiros e quatro centavos). PRAZO: 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao da emissão da Ordem de Serviço pela CAESB. VIGÊNCIA: 150 (cento e cinqüenta) dias corridos, contados a partir de sua publicação. DATA DA ASSINATURA: 16.04.93. CONTRATADA: CONSTRUL — CONSTRUTORA LIBERDADE LTDA.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO CONTRATO 2815. Nº DO PROCESSO: 092.000661/93. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO: Tendo em vista a Homologação e Adjudicação do Resultado do Convite de Preços CVO nº 009/93-CAESB, pelo Diretor do Sistema de Esgotos da CAESB. OBJETO: Execução das obras dos Ramais Condominiais para coleta de esgotos sanitário da sub-bacia "B" na expansão do Setor Oeste do Gama-DF. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros provêm do Contrato 003/93 — FAE/BRB/CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 5063 — Ampliação dos Sistemas Coletores de Esgotos, subprojeto 0001, Código 22.402.101.113-3. VALOR: Cr$ 249.350.850,87 (duzentos e quarenta e nove milhões, trezentos e cinqüenta mil, oitocentos e cinqüenta cruzeiros e oitenta e sete centavos). PRAZO: 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao da emissão da Ordem de Serviço pela CAESB. VIGÊNCIA: 150 (cento e cinqüenta) dias corridos, contados a partir do dia de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 16.04.93. CONTRATADA: CONSTRUCASTRO CONSTRUTORA LTDA.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO 2564. Nº DO PROCESSO: 092.006143/91. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO: Tendo em vista a autorização do diretor do Sistema de Esgotos da CAESB. OBJETO: Altera a cláusula terceira (preço/valor) do mencionado contrato. VALOR: Fica acrescida ao valor do contrato a importância de Cr$ 16.142.063,40 (dezesseis milhões, cento e quarenta e dois mil, sessenta e três cruzeiros e quarenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 16.04.93. CONTRATADA: UNIVERSO CONSTRUÇÕES COMÉRCIO LTDA.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | 1º TERMO ADITIVOO AO CONVÊNIO Nº 07/91-FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) MATEL TECNOLOGIA DE TELEINFORMÁTICA S/A

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
003628/85	14.04.93	15.04.95	

ESPÉCIE: Prorrogação de Convênio

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Este termo tem por finalidade prorrogar até 15.04.95 a vigência do convênio nº 07/91, firmado em 15.04.91, entre a FEDF e a empresa MATEL TECNOLOGIA DE TELEINFORMÁTICA, referente à realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º grau da Rede Oficial do Distrito Federal, em dependências da Entidade Concedente.

Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais disposições do Convênio ora aditado.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
MARCO ANTONIO DE MORAES	THALES ANIS SALOMÃO
Diretor Executivo	Gerente

TESTEMUNHAS

SANDRA JOANINA VIANNA BRAGA	SÍLVIA FRANÇA MAGALHÃES

COMA: Publicação: FEDF

DA. 001.1-1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | CONVÊNIO Nº 18/93 - FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) INDÚSTRIA GOIANA DE EMBALAGENS LTDA

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
003628/85 = FEDF	13.04.93	02 (dois) anos	

ESPÉCIE: ESTÁGIO EM EMPRESAS

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O objetivo deste Convênio é a realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º grau da Rede Oficial do Distrito Federal, em dependências da ENTIDADE CONCEDENTE, conforme a Lei nº 6.494, de 07.12.77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18.08.82, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
MARCO ANTONIO DE MORAES	WALID DE MELO PIRES SARIEDADE
Diretor Executivo	Diretor Regional

TESTEMUNHAS

SANDRA JOANINA VIANNA BRAGA	SÍLVIA FRANÇA MAGALHÃES

COMA: APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 1541, de 30.10.85, DO CONSELHO DIRETOR DA FEDF.
Publicação: FEDF

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | CONVÊNIO Nº 19/93 - FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) INFOCENTER COMPUTADORES LTDA

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
003628/85	14.04.93	02 (dois) anos	

ESPÉCIE: ESTÁGIO EM EMPRESAS

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O objetivo deste Convênio é a realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º grau da Rede Oficial do Distrito Federal, em dependências da ENTIDADE CONCEDENTE, conforme a Lei nº 6.494, de 07.12.77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18.08.82, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
MARCO ANTONIO DE MORAES	GASPAR FERNANDO DE CASTRO
Diretor Executivo	Gerente Administrativo

TESTEMUNHAS

SANDRA JOANINA VIANNA BRAGA	SÍLVIA FRANÇA MAGALHÃES

COMA: APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 1541, de 30.10.85, DO CONSELHO DIRETOR DA FEDF.
PUBLICAÇÃO: FEDF

DA. 001.1-1

DISTRITO FEDERAL

01 VIGESIMO SEGUNDO ADITIVO AO
02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 035/91

CONVENENTES
1º DISTRITO FEDERAL – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU
03 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGENCIA ATE	07 VALOR CR$
112.003.652/91	31.03.93	30.04.93	10.700.000.000,00

08 ALTERAÇÃO

Por este Termo, fica aditado com o fim de suplementar recursos no valor de Cr$ 10.700.000.000,00 (dez bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), ao Convênio nº 035/91, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC, e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, com a interveniência do SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU, perfazendo o supracitado Convênio o total global de Cr$ ..... 58.607.670.951,85 (cinquenta e oito bilhões, seiscentos e sete milhões seiscentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e um cruzeiros e oitenta e cinco centavos), objetivando a execução dos serviços de limpeza de vias e logradouros públicos do Distrito Federal, compreendendo: 1.1 – Remoção de entulho; 1.2 – Remoção de lixo; 1.3 – Remoção de detritos diversos; 1.4 – Pintura de meios-fios; 1.5 – Cata papel em áreas ajardinadas; 1.6 – Lavagem de abrigos de ônibus; 1.7 – Capina de sarjetas; 1.8 – Contratação de recursos humanos; 1.9 – Máquinas, equipamentos e transporte.

09 VALOR POR EXTENSO: DEZ BILHÕES E SETECENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS .....

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA – SLU

11 PROJETO/ATIVIDADE: 2.054 – LIMPEZA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS | 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO-%: -.-

13 ELEMENTO DE DESPESA: 3490:39 – 94 | 14 FONTE DE RECURSOS: 00

NOTA DE EMPENHO

	NUMERO		VALOR CR$		NUMERO		VALOR CR$
15	184/93	16	10.700.000.000,00	17	-	18	-
19	-	20	-	21	-	22	-

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
PAULO CEZAR TIMM — LUIZ ANTONIO PERES FLORES
Delegação de competência contida no Decreto nº 14.554/92.

24 2º CONVENENTE
NEWTON DE CASTRO — CLARINDO CARLOS DA ROCHA
Aprovado pela Diretoria em sua 2.735ª Sessão, realizada em: 22/03/93

TESTEMUNHAS

25		26	
	ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES		MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

Republicado por haver saído incorreção do original, publicado no DODF de 05.04.93

DISTRITO FEDERAL

01 QUINTO ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 093/91

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL POLÍCIA MILITAR

03 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cz$
054.000.249/91	30.03.93	31.12.93	5.000.000,00

ALTERAÇÃO

08 Por este instrumento, fica ADITADO o presente Convênio em mais Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), perfazento o total de Cr$ 27.385.838,00 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros), visando a prestação mútua de assistência médico-hospitalar e laboratorial aos policiais-militares e seus dependentes legais, residentes ou em trânsito nos respectivos estados.

Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio nº 093/91.

09 VALOR POR EXTENSO: CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22003 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

11 PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 0001 - Funcionamento da Polícia Militar — 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - %

13 ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.90.39 - 01 — 14 FONTE DE RECURSOS: 09 - Distrito Federal

NOTA DE EMPENHO

	NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$
15	1785/92-PMDF	5.000.000,00	17	18
19	20		21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
EDES COSTA
Delegação de competência contida no Art.5º,Decreto 13.708, de 27.12.91

24 2º CONVENENTE
JOSÉ EUSTÁQUIO NATAL
Comandante Geral da PMMG

TESTEMUNHAS

25 ANIBAL PEREIRA NETO — 26 SAUL RIBEIRO DE AMORIM

DISTRITO FEDERAL

01 SÉTIMO ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 072/90

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL SO/SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, com a interveniência da TERRACAP

03 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$
111.005.547/90	30.03.93	30.06.93	-

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

08 Por este Termo, fica aditado, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência até **30.06.93**, do Convênio nº **072/90**, celebrado em 01.09.90, entre o Distrito Federal através da Secretaria de Obras e da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Regional e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, com a interveniência da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, objetivando a execução de Obras e Serviços no Espaço Cultural e Construção do Pavilhão de Feiras e Eventos no Parque da Cidade.

09 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

11 PROJETO/ATIVIDADE — 12 TAXA DE ADM. %

13 ELEMENTO DE DESPESA — 14 FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

	NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$
15	16	17	18	
19	20	21	22	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
JOSÉ ROBERTO ARRUDA NURI ANDRAUS GASSANI HUMBERTO LUDOVICO A. FILHO
Del.Comp.Art. 6º Dec. 14.554, de 30.12.92.

24 2º CONVENENTE
NEWTON DE CASTRO GLADSTON LIPORACI BARBOSA
Aprovado pela Diretoria em sua 2.737a. Sessão, realizada em 30.03.93.

TESTEMUNHAS

25 ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES — 26 MARIA INEZ DOS SANTOS PINTO

DISTRITO FEDERAL

01 QUARTO ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 093/91

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL POLÍCIA MILITAR

03 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cz$
054.000.249/91	30.03.93	31.12.93	1.555.838,00

ALTERAÇÃO

08 Por este instrumento, fica ADITADO o presente Convênio com mais Cr$ 1.555.838,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e trinta e oito cruzeiros), perfazendo o total de Cr$ 22.385.838,00 (vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e trinta e oito cruzeiros), visando a continuidade da prestação mútua de assistência médico-hospitalar e laboratorial aos policiais militares e seus dependentes legais, residentes ou em trânsito nos respectivos estados.

Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio nº 093/91.

09 VALOR POR EXTENSO: UM MILHÃO,QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E TRINTA E OITO CRUZEIROS

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22003 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

11 PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 0001 - Funcionamento da Polícia Militar — 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - %

13 ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.90.39 - 01 — 14 FONTE DE RECURSOS: 00 - Distrito Federal

NOTA DE EMPENHO

	NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$
15	1474/92-PMDF	16 1.555.838,00	17	18
19		20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
ANTÔNIO DE ALMEIDA BARBALHO
Delegação de competência contida no Art.5º,Decreto 13.708, de 27.12.91

24 2º CONVENENTE
JOSÉ EUSTÁQUIO NATAL
Comandante Geral da PMMG

TESTEMUNHAS

25 ANIBAL PEREIRA NETO — 26 SAUL RIBEIRO DE AMORIM

DISTRITO FEDERAL

01 TERCEIRO ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 093/91

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL POLÍCIA MILITAR

03 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cz$
054.000.249/91	30.12.92	31.12.93	

ALTERAÇÃO

08 Por este Termo fica ADITADO com o objetivo de prorrogar a vigência do presente Convênio até 31 de dezembro de 1993, visando a continuidade da prestação mútua de assistência médico-hospitalar aos policiais militares e seus dependentes legais das Corporações (PMDF/PMMG) residentes ou em trânsito nos respectivos estados.

Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio nº 093/91.

09 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 22003 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

11 PROJETO/ATIVIDADE — 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - %

13 ELEMENTO DE DESPESA — 14 FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

	NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$
15	16	17	18	
19	20	21	22	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
EDES COSTA - CEL QOPM
Delegação de competência art. 5º do Decreto nº 13.708, de 27 Dez. 91

24 2º CONVENENTE
JOSÉ EUSTÁQUIO NATAL - CEL PM
Comandante-Geral da PMMG

TESTEMUNHAS

25 ANIBAL PEREIRA NETO — 26 SAUL RIBEIRO DE AMORIM

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato nº 923.0-28/76. **CONTRATANTES:** INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL. **OBJETO:** Face ao que prescreve a Cláusula Segunda do Contrato nº 923.0-28/76, o presente Termo Aditivo tem como objeto a autorização da alienação do aparelho de Radiodiagnóstico de terceiros, por se encontrar atualmente sem condições de uso. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** à contar de 14 de abril de 1993 e perdurará por tempo indeterminado. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **DATA DE ASSINATURA:** 14 de abril de 1993. **PELA FUNDAÇÃO:** CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA. **PELO INAMPS:** CLEMILCE SANFIM CARDOSO A. DE CARVALHO. **TESTEMUNHAS:** CARLOS CÉSAR ALVES SANTOS e FRANCISCO GILSON PINHEIRO.

FRANCISCO GILSON PINHEIRO
Seção de Contratos e Convênios/FHDF
Chefe

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA – TCB
EXTRATO DE CONTRATO NOS TERMOS DO DECRETO 10.996 – ART. 082

1 – CONTRATO Nº 008/93-TCB/ATUAL PROPAG., 2 – STCB X ATUAL PROPAGANDA LTDA, 3 – Processo nº 095.000928/93, 4 – 16.04.93. 5 – 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias a partir da data de assinatura, 6 – Cr$ 30.000.000,00 , 8 – Prestação de serviços de divulgação, publicidade, execução de programas e campanhas promocionais, 9 – STCB, 10 – 34.90.39, 11 – Próprio, 12 – NEP Nº 0976/93 no valor de Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

EDILSON BORBA SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA – TCB

EXTRATO DE TERMO DE PERMUTA CONFORME DECRITO 10.996

1 – TERMO DE PERMULA, 2 – STCB X DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, 3 – Processo nº 095.002678/92, 4 – PERMUTA, 5 – 03.12.92, 7 – Cr$ 47.000.000,00, 8 – Permuta de Veículos, 11 – Próprio.

EDILSON BORBA SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. – SHIS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONT/SHIS/GP/Nº 012/93. PROCESSO Nº 102.092842/93. CONTRATANTES: SHIS – Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a FIRMA BGR PRODUÇÕES E EVENTOS PUBLICITÁRIOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de som nas solenidades de distribuições de lotes. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Carta-Convite nº 018/93. VALOR: Estimado Global: Cr$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.4.90.39. RECURSO: Próprio da SHIS. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Pela SHIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, prorrogável por mais 01 (um) ano. DATA DA ASSINATURA: 02.04.93. ASSINATURAS: P/SHIS Nelson Tadeu Filippelli e Cícero Miranda Filho, assistidos por Leopoldo Araújo Chaves. P/CONTRATADA: Maria Helena do Carmo Leandro.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 09/91 – NOVACAP, PARTES: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP. PROCESSO: 073.001688/91-FZDF. PRAZO: 30.04.93. Cr$ 900.000.000,00 (NOVECENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), CONFORME NE 0786/93. OBJETO SUPLEMENTAR RECURSOS AO CONVÊNIO Nº 09/91-NOVACAP.

NURI ANDRAUS GASSANI
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

CONTRATO Nº 10/93-DETRAN/DF
PROCESSO Nº: 055.005743/92
PARTES: Contratante: DETRAN/DF
Contratada: JARY – Informática Ltda.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças nas máquinas de escrever eletrônica, para o exercício de 1993.
VALOR: Cr$ 15.400.000,00 (quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros).
NATUREZA DA DESPESA: 349039, Fonte: 050 e NE 0148/93
DATA: 05.04.93
VIGÊNCIA: 31.12.93
ASSINATURAS Pelo DETRAN/DF o seu Diretor Geral o Sr. Dilson de Almeida Souza e pela contratada o Sócio-Gerente o Sr. Ary Freitas Pereira.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BLOCO D DA QUADRA 1205 DO CRUZEIRO NOVO
EXTRATO DE ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: Associação dos moradores do bloco D da quadra 1205 do Cruzeiro Novo. FINALIDADE: Promover o desenvolvimento social, cultural, assistencial e cooperativo. SEDE: SHCE Quadra 1205, Bloco D, térreo, Cruzeiro Novo-DF. DURAÇÃO: Por tempo ilimitado. RENDA: Contribuições sociais, subvenções e donativos. RESPONSABILIDADE: Os dirigentes responderão em juízo ou fora dele. ESTATUTO: É reformável por decisão da Assembléia geral. EXTINÇÃO: Poderá ser extinta por decisão da Assembléia Geral e o seu patrimônio será doado a entidades de utilidade pública.

Publique-se
EDSON SEVERINO DE OLIVEIRA
1º Secretário

(DAR Cr$ 1.024.000,00)

ASSOCIAÇÃO DOS TREILLERS E SIMILARES DO GAMA – ATS – GAMA
EXTRATO DE ESTATUTO

CAPÍTULO I: Da Constituição Sede Forum de Ação: artigo 01; "ASSOCIAÇÃO DOS TRAILLERS E SIMILARES DO GAMA", que também adotará a sigla ATS – GAMA, é uma entiade civil sem fins lucraticos, com personalidade jurídica própria, fundada em 31 de março de 1993, com sede na cidade do Gama-DF, reger-se-á pelo presente Estatuto. Art. 2º Associação terá como objetivo principal,representar perante autoridades administrativas e jurídicas, os interesses gerais da categoria e de seus associados. Art. 08: A Diretoria Executiva terá a seguinte organização: Presidente: 1º e 2º Vice-Presidente;Secretário Geral; 1º e 2º Secretários; Diretor Financeiro; Vice-Diretor Financeiro, Diretoria, Relações Públicas. Presidente ELICIANO PINHEIRO DA SILVA.

(DAR Cr$ 448.000,00)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/93

OBJETO: Contratação de firma(s) para locação de 11 (onze) máquinas copiadoras. **ABERTURA:** 05.05.1993 às 09:30 horas. Informações e cópias do Edital serão fornecidas diariamente, em horário comercial, no Ed. Sede da CODEPLAN, sito à SAIN Projeção "H" sala 404 e 406, Brasília-DF.

Brasília-DF, 16 de abril de 1993.

GUILHERME BOECHAT VEO
Presidente-CPL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Fundação Educacional do Distrito Federal, convoca pelo presente Edital, a firma COWAPP ENGENHARIA LTDA., com endereço incerto e não sabido para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, a comparecer à Divisão de Engenharia e Arquitetura desta Fundação Educacional, situada no SGAN 607, Projeção "D", sala 208, nesta Capital, no sentido de atender as pendências relativas ao Processo nº 082.000129/90-FEDF.

MARCO ANTONIO DE MORAES
Diretor Executivo

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL
Nº 006/93

Aquisição de Retinógrafo marca: TOPCON ou NIKON ou CANON ou similar automático com

campo de visão "WIDE FIELD" de 45° ou mais e outros, perfazendo o total de 05 itens.

DATA DE ABERTURA: 18.05.93 às 09:00 horas.

Maiores informações estão contidas no edital à disposição dos interessados no Ed. Super Center Venâncio 2.000 bloco "B"-60 sala 340, no horário das 07:30 às 13:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 14 de abril de 1993

ARTHUR CARLOS DA SILVA BUONO
Presidente

SECRETARIA DE SAÚDE
INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos o Senhor Djair Pires de Miranda, a comparecer, no prazo de 30 dias, a contar da data de publicação deste EDITAL, à Seção de Pessoal do Instituto de Saúde do Distrito Federal, situado a SGAN Quadra 601 lotes O/P, para tratar de assunto referente ao Processo nº 062.000.001/93-ISDF. O não comparecimento, implica em sanções previstas em Lei.

Brasília-DF, 13 de abril de 1993.

FRANCISCO LEONARDO DE ALMEIDA
Diretor

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº CP-003/93-CAESB. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO; PARA SERVIÇOS PESADOS: TIPO UTILITÁRIO/FURGÃO/PERUA/PICK-UP, TIPO CAMINHÃO E EQUIPAMENTOS TIPO RETRO-ESCAVADEIRA/POLIGUINDASTE/CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS/TANQUES, PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DA CAESB. A PRESENTE AQUISIÇÃO PERTENCE AO PROGRAMA BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, DE QUE TRATA O PROCESSO Nº 00092.001952/93-CAESB. A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR NO DIA 24/MAIO/93 ÀS 09:00 HORAS A LICITAÇÃO ACIMA REFERIDA, NO AUDITÓRIO DA CAESB, SEXTO ANDAR DO EDIFÍCIO SEDE, LOCALIZADO NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 04, BLOCO "A", Nº S 67/97, EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL. O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA COORDENADORIA DE CONCORRÊNCIAS E TOMADAS DE PREÇOS/ASLI/PRES, NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, LOCAL ONDE PODERÃO SER OBTIDAS MAIORES INFORMAÇÕES, OU ATRAVÉS DO TELEFONE 321-4722 RAMAIS 122 OU 154.

Brasília, 16 de abril de 1993.

HERMES JANNUZZI
Comissão de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PALÁCIO IMPERADOR D. PEDRO II

CONCURSO PÚBLICO PARA HABILITAÇÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO BOMBEIRO MILITAR FEMININO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

EDITAL

O CORONEL QOBM COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, torna público que estarão abertas, as inscrições ao Concurso Público para Habilitação ao Curso de Formação de Soldado Bombeiro Militar Feminino, do Quadro de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, obedecendo-se ao princípio do voluntariado e de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do presente EDITAL.

1. **REQUISITOS**
1.1 Ser do sexo feminino;
1.2. Ser brasileira nata;
1.3. Ser solteira, sem encargo de família;
1.4. Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e máxima de 24 (vinte e quatro) anos e 06 (seis) meses, na data de 1° de julho de 1993;
1.5. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
1.6. Possuir escolaridade correspondente ao primeiro grau completo, no mínimo;
1.7. Ter a altura mínima de 1,60m;
1.8. Não possuir antecedentes criminais ou morais que contra-indiquem seu ingresso na Corporação;
1.9. Possuir aptidão física, de saúde e intelectual, compatíveis com as funções que irá exercer;
1.10. Se militar ou ex-militar de outra Corporação, nao estar respondendo a processo nem haver sido condenada por crime militar, nem haver sido excluída ou licenciada a bem da disciplina;
1.11. Assumir o compromisso de servir à Corporação durante o período mínimo de 03 (três) anos (art. 1°, inciso III, e art. 15, do Decreto nº 7.338, de 29 de dezembro de 1982).

2. **DOCUMENTOS**
2.1. **Para Inscrição:**
2.1.1. Carteira de Identidade;
2.1.2. 02 (duas) fotos 3x4, recentes, de frente;
2.2.3. Recibo da Taxa de Inscrição, no valor de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros), paga em qualquer agência do Banco de Brasília – BRB, através de documento de arrecadação – DAR (Formulário no local de inscrição);

2.2. **Para Inclusão** (fotocópias autenticadas):
2.2.1. Carteira de Identidade;
2.2.2. Certidão de Nascimento;
2.2.3. Título Eleitoral, com comprovante de votação na última eleilão;
2.2.4. Certificado de conclusão do 1° Grau;
2.2.5. Nada consta, nas áreas civil, criminal e de protestos;
2.2.6. CIC/CPF;
2.2.7. Cartão do PIS ou do PASEP, se tiver.

3. **INSCRIÇÕES**
As inscrições serão realizadas pela Diretoria de Pessoal, através da Seção de Seleção, Ingresso e Identificação, nos horários de 08:30 horas às 11:30 horas e de 13:30 horas às 16:30 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto às quartas-feiras, em que somente se darão no horário de 08:30 horas às 11:30 horas nos Quartéis da Primeira Companhia Regional de Incêndio da Asa Sul, situado no Setor Policial Sul,e do Segundo Batalhão de Incêndio, situado em Tatuatinga-Centro.

4. **NÚMERO DE VAGAS**
Serão oferecidas, em princípio, 40 (quarenta) Vagas.

5. **PROCESSO SELETIVO**
O Processo Seletivo contará com as seguintes etapas:
5.1. **ETAPA I – Exame Intelectual** – (Classificatório)
O **Exame Intelectual** versará sobre conhecimentos a nível de 1° Grau, com os conteúdos constantes do Manual do Candidato, formulando-se questões sobre as seguintes matérias:
a) Comunicação e Expressão;
b) Matemática; e
c) Conhecimentos Gerais – (Geografia, História e atualidade do Brasil);
5.1.1. Para cada disciplina será aplicada uma prova cujas questões, somadas, serão pontuadas de 00 (zero) a 100 (cem);
5.1.2. O resultado de cada candidata, na ETAPA I – **Exame Intelectual**, será obtido pela Média aritmética dos pontos obtidos nas três provas do item 5.1..
5.2. **ETAPA II – Exames Biométricos e Físicos**
(Eliminatórios)
5.2.1. Nos Exames Biométricos e Físicos serão exigidos os valores, índices e resultados mínimos constantes do Manual do Candidato, que será entregue no ato da inscrição, mediante provas que serão realizadas nas dependências da Academia do Bombeiro-Militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
5.2.2. Para a realização dos **Exames Físicos** será exigida a apresentação de atestado médico de que a candidata não sofre de qualquer moléstia que contra-indique a prática de exercícios físicos.
5.3. **ETAPA III – Exames Médicos** – (Eliminatórios)
Nos **Exames Médicos**, de caráter eliminatório, serão observadas as exigências estipuladas no Manual do Candidato, devendo ser realizados pelo Serviço de Saúde da Corporação ou por entidade (s) conveniada (s).
5.4. **ETAPA IV – Exame Psicotécnico** – (Eliminatórios)
O Exame Psicotécnico, também, tem o caráter eliminatório e será realizado de modo a apurar se a candidata possui o perfil psicológico adequado para o exercício das funções inerentes ao Bombeiro-Militar.

6. **DA ELIMINAÇÃO DA CANDIDATA**
Será eliminada a candidata que:
a) for surpreendida dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das questões das provas do **Exame Intelectual;**
b) utilizar-se de quaisquer meios ilícitos ou não permitidos pela Comissão, nas provas de todas as etapas do Processo Seletivo;
c) cometer, durante todo o Processo Seletivo, atos de indisciplina;
d) faltar a qualquer das provas constantes de todas as ETAPAS do Processo Seletivo, quaisquer que sejam os motivos, por relevantes que sejam;
e) obter pontuação igual a 00 (zero) em qualquer das provas da ETAPA I – **Exame Intelectual;**
f) não alcançar os pontos, índices e resultados mínimos aos quais se refere o subitem 5.2., na ETAPA II – **Exames Biométricos e Físicos,** ou deixar de apresentar o Atestado Médico a que se reporta o subitem 5.2.1;
g) não for considerada "APTA" na ETAPA III – **Exames Médicos;**
h) for considerada "não recomendável", na ETAPA IV-**Exame Psicotécnico;**
i) fazer declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar quaisquer documentos com falsidade ou irregularidade.

7. **CALENDÁRIO**
O Calendário encontra-se no Anexo Único, do presente EDITAL.

8. **CLASSIFICAÇÃO**
8.1. A classificação dar-se-á por ordem decrescente dos resultados da ETAPA I — **Exame Intelectual.**
8.2. Havendo empate, observar-se-á, pela ordem, um dos seguintes critérios para desempate, entre candidatas:
a) Ser militar da ativa de uma das Forças Armadas ou Forças Auxiliares do País, com preferência, havendo mais de uma, para a que contar com maior tempo de serviço ativo;
b) Contar com maior tempo de serviço público militar não estando na atividade;
c) Contar com o maior tempo de serviço público civil;
d) Ser mais idosa, dentro do limite máximo estabelecido no presente EDITAL.

9. **VALIDADE DO CONCURSO**
O presente concurso terá validade apenas para o preenchimento das vagas estabelecidas para o ano de 1993.

10. **PRESCRIÇÕES DIVERSAS**
10.1. As candidatas aprovadas e classificadas dentro do número do limite de vagas oferecidas serão incluídas no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na graduação de SOLDADO BOMBEIRO-MILITAR FEMININO DE 2ª CLASSE e matriculadas no Curso de Formação e Especialização de Soldado Bombeiro-Militar Feminino — CFSdBM/Fem, que funcionará no 2º BI, sediado em TAGUATINGA-CENTRO, com regime, conteúdo e carga-horária previstos nas normas próprias do Curso, que terá a duração de 06 (seis) meses, sendo 04 (quatro) meses de formação básica e 02 (dois) meses de formação prática, nas Unidades da Corporação;
10.2. Ao final do Curso de que trata o subitem anterior, as militares que obtiverem aproveitamento serão promovidas a SOLDADO BOMBEIRO-MILITAR FEMININO DE 1ª CLASSE e estarão aptas a desenvolver as atividades características da graduação, exceto aquelas que necessitarem de treinamento especializado;
10.3. Não haverá segunda chamada para qualquer das provas do Concurso;
10.4. Não se concederá revisão de prova às candidatas, no Processo Seletivo e no Curso de que trata o subitem 10.1., depois de registrado o resultado em ata própria;
10.5. As candidatas aprovadas no Processo Seletivo e não classificadas ficarão cadastradas na Diretoria de Pessoal, podendo, no prazo de validade do presente Concurso e dentro das necessidades e conveniências da Corporação, ser convocadas, na estrita ordem de classificação;
10.6. A Taxa de Inscrição para o Processo Seletivo, uma vez paga, não poderá ser devolvida;
10.7. Os avisos referentes ao Concurso serão publicados no Diário Oficial do Distrito Federal;
10.8. As disposições contidas no Manual do Candidato, entregue no ato da inscrição, integrarão as normas do presente EDITAL, como se parte desse Fossem;
10.9. A inscrição no Concurso implica no conhecimento e na aceitação, por parte da candidata, de todas as normas contidas no presente EDITAL e no Manual do Candidato;
10.10. Não serão aceitas inscrições por via postal;
10.11. Serão admitidas inscrições feitas através de Procuradores, munidos de poderes específicos, desde que satisfeitas as demais exigências prescritas no presente EDITAL e no Manual do Candidato;
10.12. as despesas com transporte, alimentação, alojamento e outras similares, durante a realização das atividades do Concurso, correrão por conta da candidata;
10.13. Eventuais direitos de ação contra atos relativos ao presente Concurso prescreverão dentro e 01 (um) anos, a contar da data da publicação ou da ciência, pela candidata, de cada ato, salvo se outro prazo estiver prescrito em lei;
10.14. Os casos omissos no presente EDITAL serão resolvidos pelo Comandante-Geral da Corporação.

Brasília, em 14 de abril de 1993

CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO — CORONEL QOBM/Comb
COMANDANTE-GERAL DO CBMDF

RENATO FERREIRA GUIMARÃES — CORONEL QOBM/Comb.
DIRETOR DO PESSOAL DO CBMDF

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PALÁCIO IMPERADOR D. PEDRO II

A N E X O Ú N I C O

CALENDÁRIO

CONCURSO PÚBLICO PARA HABILITAÇÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO BOMBEIRO MILITAR FEMININO DO CBMDF:

EVENTO	DATA/HORA	LOCAL/RESPONSÁVEL
Divulgação	05 a 09 de Abr 93	IMPRENSA/Assessoria de Comunicação Social
Inscrições	12 a 16 de Abr 93 Horário previsto no Edital/item 3	1ª CRI e 2º BI e SEI/DP
Exame Intelectual	24 de Abr 93 Início 10:00 hs.	Local a indicar COEFACA
Exames Biomé tricos e Fí sicos	03 a 07 de Mai 93 Início 10:00 hs.	ABM - COEFACA
Exames Médicos	12 a 21 de Mai 93	Policlínica/CBMDF
Exame Psicotéc nico	26 de maio a 04 Jun 93 - Início 10:00 hs.	ABM / COEFACA
Divulgação do Resultado Final	09 de Jun 93	Assessoria de Comuni cação Social
Apresentação das candidatas apro- vadas à DEI	14 de Jun 93	ABM / DEI/DP
Inclusão, Matri cula e Início do Curso	01 de Jul 93	2º BI / DEP/DEI

CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO - CORONEL QOBM
COMANDANTE-GERAL DO CBMDF

RENATO FERREIRA GUIMARÃES - CORONEL QOBM
DIRETOR DO PESSOAL/CBMDF

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

NOVACAP

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com o disposto no artigo 10 do ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, ficam os Senhores Acionistas da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, convocados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada no dia 28/ABRIL/1993, às 15:00 (quinze) horas, na Sede da Companhia, situada no Setor de Áreas Públicas Lote "B". SIA, nesta Capital, para apreciação dos seguintes assuntos:
a) — Prestação de Contas do Exercício de 1992.
b) — Relatório do Organizador do Processo.
c) — Relatório da Diretoria e Balanço Geral da Companhia, acompanhados dos Pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal.
d) — Aprovação da proposta para aumento do Capital em razão das reservas consoante no artigo 167 da Lei nº 6.404/76.
e) — Eleição do Conselho Fiscal.
f) — Outros assuntos de interesse geral da Companhia.

Brasília-DF, 15 de abril de 1993.

NEWTON DE CASTRO
Diretor Presidente

SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS: ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, PUBLICADAS NOS JORNAIS: DODF DE 15.04, CORREIO BRAZILIENSE DE 16.04. e JORNAL DE BRASÍLIA DE 17.04.1993. Fica antecipada a data da realização da Assembléia Geral Extraordinária para o dia 22.04.93, às 11:00 horas, ratificando-se o inteiro teor das publicações já mencionadas. Brasília-DF, 16 de abril de 1993.

SECRETARIA DE AGRICULTURA
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A-SAB
CGC/MF Nº 00037226/0001-67
INSCRIÇÃO NO GDF Nº 070001970-3
AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam avisados os Senhores Acionistas da SAB, que se acham à disposição na Sede da Empresa, localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco "E", nesta Capital, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício de 1992.

Brasília, 15 de abril de 1993.

A DIRETORIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A — SAB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 004/93

OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE BALCÃO EXPOSITOR REFRIGERADO. **ABERTURA:** 04 DE MAIO DE 1993. **HORÁRIO:** 10 HORAS. **LOCAL DA REALIZAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL:** SCN-QDA. 02-LOTE "E"-Nº 50-ED. SEDE DA SAB. **MAIORES INFORMAÇÕES:** SALA 102.

Brasília, 15 de abril de 1993.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
REF. TOMADA DE PREÇOS Nº

023/93-CBMDF

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro no que prescreve o artigo 69, do Decreto nº 10.996, de 26 de janeiro de 1988,

RESOLVE:

REVOGAR a licitação referente à Tomada de Preços acima, por Conveniência Administrativa.

Brasília-DF, 15 de abril de 1993.

CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO — CORONEL QOBM/Comb
COMANDANTE GERAL-CBMDF

BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA
DIRAD/COMAP Nº 93/004

OBJETO: Alienação de imóvel composto pelos lotes nºs 100, 120, 140, 160, 180, 200, 220, 240, e 260 da Quadra 1 do Setor Industrial do Gama-DF e suas benfeitorias. Cada Lote possui 2.800 m2 de área unitária (20 x 140m), totalizando 25.200 m2 de terreno.

DATA DE ABERTURA: 19.05.93, às 9 h.
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL — SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Brasília-DF, no horário de 10 às 16 h, fone: (061) 217-8182.

Brasília-DF, 15 de abril de 1993
A Comissão de Licitação

CLINICADE REPOUSO DO PLANALTO S/A
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores Acionistas da Clínica de Repouso do Planalto S/A, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em sua sede social à Quadra 44, Bairro Nossa Senhora de Fátima Planaltina-DF, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 1993, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
I — Aprovação do Balanço, exercício de 1992, e das demonstrações financeiras;

II — Eleições da Diretoria para o triênio 1993/1996

III — Eleição do Conselho Fiscal

IV — Outros Assuntos.

Diretor-Presidente: EUGENIO LUIZ VILLANI BAPTISTA

Brasília-DF, 16 de abril de 1993
(DAR Cr$ 1.920.000,00)

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
REQUERIMENTO DE LICENÇA

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal — IEMA/SEMATEC, a Licença Prévia, para instalação da linha de transmissão de energia elétrica com tensão de 345 KV, interligando a UHE de Itumbiara, no Estado de Goiás, e a SE de Brasília Sul, no Distrito Federal. Foi determinado estudo de impacto ambiental.

(DAR Cr$ 320.000.00)

COOPERTEC — COOPERATIVA HABITACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA TECNOLÓGICA LTDA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Atendendo a deliberação da AGO de 30.03.93, Ficam convocados todos os associados para Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se dia 29.04.93 no auditório do CREA/DF, SGAS 901 lote 72 às 18:00 h em 1ª convocação com quórum mínimo de 2/3; às 18:30 h em 2ª convocação com 50% + 1 dos associados e, em 3ª e última convocação às 19:00 h com dez associados no mínimo para discutir a seguinte Pauta: 1 — Deliberar sobre as contas, balanço geral e parecer do Conselho Fiscal; 2 — Deliberar o novo valor da taxa de Administração; 3 — Assuntos Gerais. AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA — Presidente — Coopertec.

(DAR Cr$ 448.000,00)

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DO DISTRITO DEFERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Atendendo ao disposto no art. 605 da CLT, alertamos aos empregadores para a obrigatoriedade do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, prevista em lei, que deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de MARÇO e recolhida a esta entidade, até o dia 30 de ABRIL do corrente ano. Maiores Informações na secretaria desta entidade. JOSÉ NEVES FILHO — Presidente. RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA — Tesoureiro.

(DAR-Cr$ 1.344.000,00)

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS — SERPRO
AVISO DE LICITAÇÃO — CONCORRÊNCIA Nº 93.00002.01
ERRATA Nº 01

O Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, através de sua Comissão de Licitação para Material, Bens e Serviços, comunica que a realização da Concorrência acima, publicada no DOU nos dias 14, 15 e 16.04.93, com abertura de proposta prevista para o dia 14.04.93, deve-se ler 14.05.93, no mesmo horário e local anteriormente publicado.

Brasília, 15 de abril de 1993.

A COMISSÃO